



CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO  
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA DA AMAZÔNIA  
MUSEU PARAENSE EMÍLIO GUELDI



# Os roceiros de Muaná

**Maria José Carvalho Brabo**  
Museu Goeldi:

PUBLICAÇÕES AVULSAS N.º 32

1 G  
505  
P1  
ex. 2

1979  
BELÉM - PARÁ - BRASIL

<b>Introdução</b> .....	5
Agradecimentos .....	8
<b>Aspectos gerais de Muaná</b> .....	9
Ambiente .....	9
Cidade de Muaná .....	17
Panorama da Economia .....	22
Borracha .....	22
Madeira .....	24
Palmito .....	26
Pesca .....	28
Pecuária .....	31
Agricultura .....	32
<b>Economia dos roceiros de Muaná</b> .....	34
Organização Espacial .....	34
Atuá .....	37
Agricultura .....	37
Extrativismo do Açai .....	51
Mocajatuba .....	53
Agricultura .....	53
Nível de Subsistência .....	56
<b>Conclusão</b> .....	61
<b>Summary</b> .....	64
<b>Bibliografia citada</b> .....	65

## INTRODUÇÃO

A primeira vista poderá parecer estranho optar-se pelo estudo de segmentos agrícolas numa área como Marajó, conhecida tradicionalmente por sua economia de base pecuária, aspectos paisagísticos e herança ceramista. Os motivos que levaram a tal escolha têm muito a ver com a necessidade que nos parece cada vez mais crescente de estudar aqueles setores menos integrados do sistema mais amplo, em razão da própria tecnologia de que dispõem e que não lhes permite competir com setores mais dinâmicos. Ao mesmo tempo isso não impede que como produtores atuem como uma parcela de relativa significação econômica no interior do sistema, uma vez que o resultado de seu trabalho, sob forma de produtos, preenche em parte as necessidades de bens agrícolas dos centros urbanos da região. Logo, o que se pode discutir é a forma pela qual se dá a sua participação, que geralmente pouco ou nada contribui para um melhor padrão qualitativo de vida e para o surgimento de aspirações, individuais ou de grupo, que impliquem em mudança. A sua localização geográfica, de grupos dispersos ao longo de rios ou para eles voltados, explica em parte, pelo isolamento físico a que estão submetidos, a sua debilidade econômica e política e, conseqüentemente, sua pequena capacidade de renovação. Isso todavia não exclui, como veremos, a existência no interior de tais subsistemas de diferenciações internas, definidas em função do controle exercido sobre determinados meios de produção. Por todas essas razões consideramos que seu estudo se reveste de importância, podendo servir para a compreensão de outros subsistemas estruturalmente semelhantes.

Embora haja em toda a área povoamentos que parcialmente se dedicam à agricultura, três deles podem ser considerados como caracteristicamente agrícolas — Atua, Guajará e Mocajutuba. Fazendo parte do Município de Muaná, que se localiza na porção oriental da ilha de Marajó. Esses três subsistemas se distribuem, respectivamente, a leste, oeste e sul do Município.

O primeiro deles, Atua, é um povoamento composto de pequenas unidades que, dispersas ao longo do rio do mesmo nome, tendem a se agrupar em função dos laços de parentesco e vizinhança que unem seus membros. Assim, cada unidade mínima ao interagir com outra da mes-

ma ordem acaba por constituir uma unidade mais ampla que se organiza econômica e socialmente, na dependência de tais vínculos. O entreposto como unidade comercial constitui o ponto de convergência do povoamento, o local onde as unidades de produção comercializam seus produtos e a população se reúne freqüentemente. Através dele as unidades garantem a reprodução da sua força de trabalho e participam do sistema econômico amplo, mediante a circulação das mercadorias que produzem. Guajará tem essa mesma estrutura.

Mocajuba, por sua vez, é um "arruado" que se dispõe linearmente ao longo da estrada, ao fim da cidade de Muaná, e que para esta, como centro social e economicamente maior, está voltado.

A escolha, portanto recaiu em Atuí e Mocajuba que, embora guardando a característica comum de serem segmentos agrícolas dependentes do mundo exterior, no primeiro caso através do entreposto e no segundo da própria sede municipal, se distinguem pela forma de ocupação e utilização do espaço e pelas relações de produção.

Definido o tema de estudo, procedemos o levantamento bibliográfico exaustivo da Região de Marajó, efetuado nas diversas bibliotecas de Belém, ou seja, Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade Federal do Pará, Arquivo Público, Instituto de Desenvolvimento Sócio-Econômico do Pará, Instituto Brasileiro Geográfico do Pará, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, Associação de Crédito do Estado do Pará, Empresa de Pesquisa Agro-Pecuária.

O trabalho de campo foi realizado em duas etapas; o primeiro nos meses de julho e agosto de 1975, período de "estiagem", e o segundo na época das chuvas, nos meses de fevereiro, março e abril de 1976, buscando com isso acompanhar todas as possíveis modificações introduzidas pela mudança de estação. A penetração na área de estudo não apresentou dificuldades, uma vez que laços de parentescos e amizade nos ligavam a alguns moradores do local. Antes da ida ao campo procuramos contatar com essas pessoas, e quando chegamos à área já tinham conhecimento do trabalho que iríamos realizar. Na sede municipal, procuramos proceder de maneira a que a população se acostumasse com nossa presença, para posterior levantamento dos dados de que precisávamos. Estabelecemos ligação com líderes locais, como prefeito, agente de estatística, professoras e outros indivíduos que já haviam sido indicados como bons informantes, por conhecerem bastante a área. Após esses primeiros contatos fizemos levantamento da documentação existente nos diversos órgãos da sede municipal.

A partir dessa etapa da pesquisa, procedemos as primeiras visitas aos roceiros de Mocajatuba e iniciamos entrevistas com os chefes dos grupos domésticos. Essas entrevistas, embora estruturadas previamente, foram bastantes flexíveis, sofrendo alterações a partir principalmente das próprias observações dos informantes. Por outro lado, apesar de serem dirigidas para os chefes de famílias, a maioria das vezes foram abertas a todo o grupo doméstico, sempre que assim se fizesse necessário. Desse modo, entrevistamos as 17 unidades familiares que formam o núcleo de Mocajatuba.

Nessa primeira fase de pesquisa deslocamo-nos da sede, em viagens pela zona rural do Município, onde entrevistamos pescadores, extratores e pessoas ligadas à pecuária, procurando ter uma visão conjunta do funcionamento da economia da área.

Durante a segunda etapa de campo ficamos inicialmente na cidade de Muaná, e posteriormente em outros lugares do Município, conforme roteiro de trabalho que estabelecemos. Na cidade, procuramos aprofundar e verificar as informações coletadas na primeira fase de campo, e ainda levantar novos dados, principalmente sobre a situação do povoamento de Atuí, considerando que muitos dos moradores de Mocajatuba eram antigos habitantes daquela localidade.

Essas informações foram fundamentais para a escolha do local de alojamento na área de Atuí. Ali, ficamos hospedada no entreposto, onde pudemos manter contato com a população sem necessidade de maiores deslocamentos e, ao mesmo tempo, observar todas as relações existentes tanto a nível econômico como social. Também foram realizadas entrevistas nas casas e locais das roças. Esses primeiros contatos foram estabelecidos através do roceiro-comerciante em cuja casa ficamos hospedada, o que facilitou o trabalho de certa forma, se considerarmos ser essa uma área de difícil acesso devido à sua dispersa localização ribeirinha.

Este período de campo revestiu-se de maiores dificuldades que o primeiro devido às chuvas que impediram muitas vezes qualquer deslocação de um sítio para outro e mesmo visitas às roças e locais de extração de açá. Por outro lado, permitiu observar as limitações a que fica sujeita a população, principalmente pelos obstáculos que enfrenta na obtenção de alimentos.

Depois dessa temporada no Atuí, convivendo com os roceiros, retornamos à cidade de Muaná e prosseguimos, entrevistando pescadores. Para tanto fizemos viagens constantes pelo rio Muaná, ilhas Mandij e Pescada, onde está localizada a maioria dos pescadores "profissionais" do Município.

Convém esclarecer que na coleta de dados com pescadores encontramos, inicialmente, um pouco de resistência de sua parte, em virtude de alguns fatos que dificultaram nossa pesquisa. Como em Muaná a pesca não é organizada em Colônias, por duas vezes houve tentativas de organização de uma Colônia de Pescadores. Nessas ocasiões, dizendo-se filiados à SUDEP, alguns indivíduos cobraram mensalidades de cada pescador. Por causa disso, os pescadores ficaram com receio de prestar informações. Todavia, depois de um certo entrosamento e entendidos os objetivos do estudo, as resistências foram vencidas e obtivemos as informações solicitadas.

A coleta de dados pormenorizados com os pescadores foi realizada, uma vez que nossa intenção inicial era estudar não apenas roceiros, mas também pescadores, o que de certo modo foi feito, em termos de material de campo e de dados secundários conseguidos. Entretanto, dado o curto tempo disponível para elaboração desta dissertação, e sentindo a necessidade de aprofundar os dados de campo sobre pescadores, antes de submetê-los à análise — o que faremos em breve, uma vez que nossa intenção é continuar este trabalho — optamos apenas pelo estudo dos citados segmentos agrícolas, em razão da maior vivência em campo e da quantidade de material disponível.

A observação participante foi a técnica mais sistematicamente utilizada no decorrer de todo o trabalho de campo, complementada com entrevistas e histórias de vida, em geral magneticamente gravadas, e registro fotográfico.

O trabalho a seguir apresentado, resultado de análise dos dados assim conseguidos, pode ser dividido em duas partes distintas: na primeira situamos o tema central do estudo no quadro natural mais amplo da ilha de Marajó, tentando a seguir mostrar a organização da economia do Município, da qual faz parte; na segunda, analisamos especificamente o nível econômico dos povoamentos, de Atuí e Mocajutuba, buscando sempre que possível semelhanças e contrastes existentes entre os dois subsistemas.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, a Eduardo Galvão, a Pedro Agostinho da Silva, a Rosário Gonçalves de Carvalho e aos roceiros de Muaná, a minha gratidão. Ao Museu Paraense Emílio Goeldi os meus agradecimentos.

### AMBIENTE

A região habitada pelos roceiros muanenses pertence à Amazônia equatorial e localiza-se na parte oriental da Região dos Campos de Marajó, Pará, onde aspectos físicos, bióticos e sócio-culturais se combinam, formando um quadro peculiar que condiciona a ocupação econômica do espaço.

Amazônia é formada por extensa área de terrenos sedimentares dos períodos terciário — o baixo platô — e quaternário — a planície aluvial amazônica —, enquadrados pelas encostas de dois planaltos de rochas cristalinas antigas (Guerra, 1959:17). Relacionando-se com esta constituição geológica, predominam dois tipos de solos: o de "várzea aluvionar" de origem recente, e o "solo arenoso" do baixo platô terciário da terra firme (ibid). Seu quadro climático é caracterizado pela constância de temperaturas elevadas e abundância de chuvas, e a existência de vários subclimas. Todavia, a delimitação dessas variedades é muito difícil de se precisar, devido a falta de maiores observações meteorológicas. Só recentemente (1974) é que foram realizados estudos através do sistema de radar na Amazônia, os quais, indiretamente, pela identificação dos tipos de cobertura vegetal, estão caracterizando climaticamente diversas áreas. Segundo esses estudos, o clima paraense é em geral equatorial úmido com diferenciações: numa faixa ao longo da calha amazônica e a porção oriental do Marajó, é de característica atenuada com relação a umidade: um bolsão super-úmido ao sul dessa faixa, até a linha de Tomé-Açu, Tucurí, Altamira, Prainha; desta linha para o sul, além da diminuição da pluviosidade caracteriza-se um período seco até 3-4 meses, situação que se repete a norte do Amazonas nos domínios Jari-Paru. (Brasil, 1974 : 1/9).

Quanto à sua formação hidrográfica, a origem da bacia Amazônica é a da própria planície Amazônica, surgida na era terciária pelo entulhamento de primitivo "golfo amazônico" — verdadeiro mediterrâneo compreendido entre os escudos ou ilhas arqueanas do norte e sul do equador (embasamento, respectivamente, dos planaltos guianenses e brasileiros) e o dobramento andino. (Soares, 1959 : 129-130). A rede

hidrográfica apresenta uma drenagem de tipo exorréico, comum a todas as demais redes brasileiras, notadamente a amazônica, sendo também caracterizada por acentuada assimetria, pois tem sua vertente meridional duas vezes mais extensa que a setentrional.

Sua cobertura vegetal reflete os aspectos climáticos, geomorfológicos e hidrográficos descritos. É formada predominantemente por uma floresta equatorial — denominada Hiléia — e uma faixa costeira de vegetação hidrófila. Sua flora proporciona à economia regional uma série de produtos de caráter extrativo, e sua fauna (aquática e terrestre) é notável pela quantidade de espécies animais.

Observa-se que a organização da rede hidrográfica na Amazônia não facilitou apenas a penetração do elemento humano na região. Ela representou, e ainda hoje representa, a via de comunicação mais significativa, orientando a distribuição do homem, dando-lhe a característica marcante de “distribuição linear” bem visível no mapa da grande região norte” (Dias, 1959 : 221). A própria vegetação, por sua vez, condicionou essa forma de distribuição, ao ser um obstáculo à penetração do homem para os interflúvios, perpendicularmente ao curso dos rios.

A ocupação humana na Região Amazônica, em seus primeiros tempos históricos, foi parte integrante do mundo colonial que os espanhóis estavam organizando na América do Sul. Em 1616 chegaram os lusos-brasileiros e decidiram sua fixação (Reis, 1959:1). Desse modo, dadas as circunstâncias verificadas na Amazônia, sua formação compreendeu três principais componentes étnicos: o ameríndio, o europeu (principalmente o português) e, em menor quantidade, o africano. **Na verdade, uma das características principais, senão a principal, da formação étnica amazônica foi o elevado contingente indígena. O índio foi utilizado em maior número e muito mais intensamente do que em qualquer outra região do Brasil.** (Galvão, 1955 : 15). A dependência do colono em relação ao índio foi maior devido à falta de conhecimento e domínio do terreno e das técnicas de exploração dos recursos naturais da floresta e dos rios. Atualmente, o processo de extinção dos indígenas já se completou em algumas regiões principalmente a do Delta e da calha do rio (Ribeiro, 1970 : 434). Existe aí, apenas uma população cabocla de constituição cultural bem definida e etnicamente brasileira.

\* \* \*

Especificamente sobre a ilha de Marajó, embora exista uma bibliografia volumosa — principalmente estudos descritivos de seus aspectos paisagísticos, como o de Ferreira (1972); de sua herança ce-

ramista, como os de Torres (1929) e Vasconcelos (1939); de geografia, como o de Mendes (1967), e de história, como o de Spix & Martius —, o tratamento dado aos aspectos históricos, geográficos e antropológicos é quase sempre fragmentário. Somente nas pesquisas de arqueologia, graças aos trabalhos de Meggers (1957) e de Simões (1966 e 1969), pudemos verificar a interpretação sistemática dos diferentes aspectos da ilha. O restante da bibliografia sobre o Marajó compõe-se de notícias esparsas dadas por naturalistas e viajantes, que não proporcionam um panorama conjunto, e, principalmente, uma compreensão global da formação de seu ambiente. Só muito recentemente Miranda Neto (1976) publicou um trabalho sobre a Ilha em que procura uma síntese de suas facetas físicas, econômicas e sociais, e na qual se pode visualizar sucintamente o quadro geral de Marajó. Os estudos do IDESP (Instituto de Desenvolvimento Sócio-Econômico do Pará) têm contribuído para esclarecer em parte o potencial econômico marajoara. Entre estes, o mais importante é o "Projeto Marajó, Relatório em Andamento 1971/1972 — IDESP/EDR da OEA" (1973), que utilizaremos no decorrer de nossa análise como fonte secundária na caracterização do ambiente.

\* \* \*

Marajó está localizada na foz do rio Amazonas, entre os paralelos  $0^{\circ} 5'$  e  $1^{\circ} 50'$  de latitude sul, e os meridianos  $48^{\circ} 22' 30''$  e  $50^{\circ} 03' 00''$  de longitude oeste de Greenwich (IBGE, 1972, folha SA 22-Pará). Destaca-se como a maior ilha flúvio-marítima do globo, com aproximadamente 50.000 km<sup>2</sup>, limitando-se ao norte com o canal principal do Amazonas e com o oceano Atlântico, ao sul com a foz dos rios Pará e Tocantins, a leste com o canal de Breves e a oeste com o oceano Atlântico. Está dividida em duas áreas fisiográficas naturais: a parte leste, com uma área de 23.000 km<sup>2</sup>, constituída por uma grande planície, e a parte oeste abrangendo um espaço de 26.000 km<sup>2</sup> recobertos por florestas densas. A planície tem partes que sofrem inundações periódicas por ocasião das chuvas ou das cheias dos rios. Nos vales que cortam a parte leste nota-se uma vegetação arbustiva, enquanto que em sua maior extensão se observa a predominância de gramíneas. Também nesta faixa plana encontram-se áreas de colmatagem cortadas por furos e igarapés. Desta forma são dois os domínios encontrados na Ilha, os quais coincidem com os encontrados na larga faixa da planície Amazônica: "Domínio morfoclimático das planícies inundadas recobertas por campos" e "Domínio morfoclimático dos planaltos amazônicos ou dissecados, das áreas colinosas e planícies revestidas por florestas densas" (Brasil, 1974: 11-19).

Geológica e geomorfologicamente, a ilha de Marajó corresponde, sobretudo, ao período quartenário, tendo um núcleo mais antigo da era terciária. O mapeamento do Projeto RADAM revelou que **a ilha apresenta três feições nitidamente distintas : a leste planícies colmatadas, no centro o pediplano pleistocênico e a oeste uma extensa região ainda em processo de colmatagem.** (Brasil, 1974 : 11/26). A imagem radar mostrou ainda sinais de drenagem anterior à separação da ilha (ibid).

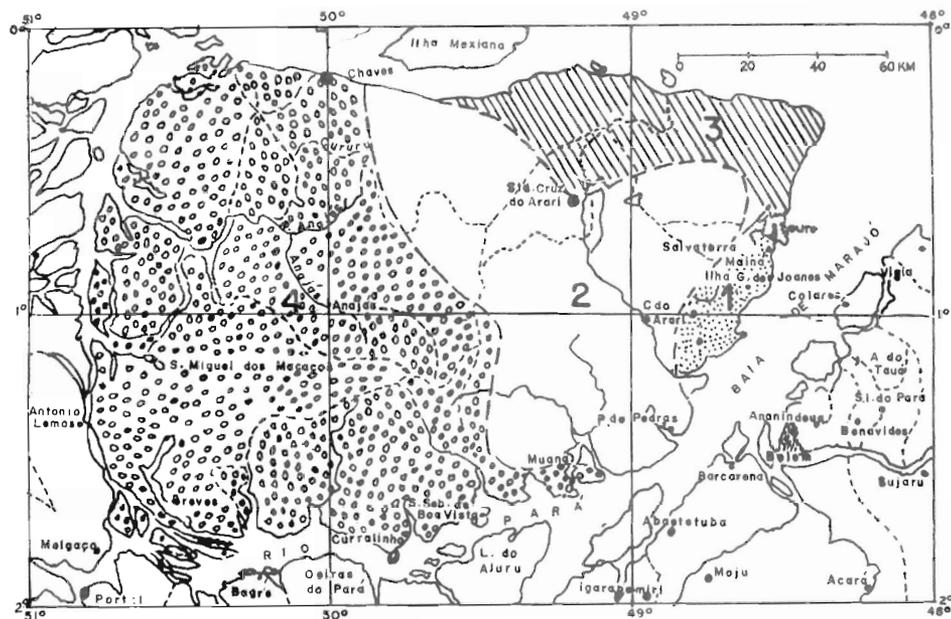
As duas áreas fisiográficas da Ilha corresponde uma diversidade de solos. Nas terras altas estão localizados os solos bem drenados e nas planícies baixas os solos hidromórficos. Graças a esta distribuição, encontram-se no Marajó quatro grandes associações de solos, localizados nas áreas que seguem: no extremo oriental há uma associação por solos unicamente bem drenados, que inclui latossolo amarelo, concrecionário laterítico e areias quartzozas vermelho-amarelas. Estes tipos de solos encontram-se nas terras altas, sendo de baixa fertilidade natural; no centro oriental ocorre associação de solos de origem hidromórfica com suas diversas fases; e no norte oriental, associação de solos hidromórficos salinos. Por fim, na porção ocidental da Ilha verifica-se associação de solos bem drenados, que se acham juntamente com os hidromórficos. Aparecem ainda, na Ilha, os solos em desenvolvimento, como o regossol e os solos aluviais (Mapa 1).

No município de Muaná predomina a associação de solos hidromórficos, principalmente laterita hidromórfica e glei pouco úmido, e em menor quantidade, numa faixa que se estende pelo sul e oeste, a associação de solos bem drenados e hidromórficos, notadamente latossolo amarelo, podzol hidromórfico, laterita hidromórfica e solos aluviais.

O clima marajoara, conforme a classificação de Koppen, **é o mesmo da região circunvizinha, Am, caracterizado por um clima quente-úmido, chuvas de inverno e uma estação seca no verão, amenizado na ilha, principalmente, na parte norte, pelos ventos oceânicos. A pluviosidade varia entre as isoietas anuais de 2.500 a 3.000 mm e a temperatura média é de 26,9°.** (Roque, 1968 : 1064).

A cobertura vegetal marajoara apresenta dois ecossistemas nitidamente diferenciados, estando a fitofisionomia da Ilha condicionada pelos fatores climáticos e edáficos, aos quais se adaptam os campos naturais e as zonas de matas (Mapa 2).

Segundo informe de Miranda Neto (1976: 33-34), os campos naturais dividem-se em quatro categorias: altos, pouco alagados, baixos e mondongos. É nos primeiros (altos) que estão localizados os campos de Muaná, principalmente às margens do rio Atua. Possuem solos



Mapa 1 — Solos de Marajó: 1 — Associação de solos bem drenados, principalmente latossol amarelo e areia quartzosa vermelha amarela; 2 — Associação de solos hidromórficos, principalmente laterita hidromórfica e glei pouco húmico; 3 — Associação de solos hidromórficos salinos, principalmente glei salino com laterita hidromórfica e hidromórficos indiscriminados; 4 — Associação de solos bem drenados e hidromórficos, principalmente latossol amarelo, podzol hidromórfico, laterita hidromórfica e solos aluviais. (Fonte: IDESP — 1973)

arenosos ou de barro consistente, onde crescem as plantas forrageiras, notadamente leguminosas e gramíneas, com árvores esparsas ou em pequeno grupos, em geral de pequeno porte. Esses campos são relativamente bem drenados, sujeitos a inundações apenas nos períodos de maior precipitação, quando sofrem mais as conseqüências das cheias. Nas zonas de matas, a vegetação compreende a floresta de várzea e a floresta de terra firme. A primeira, divide-se em várzea alta e várzea baixa, estando esta última sujeita a inundação periódica, enquanto o igapó fica permanentemente alagado. As matas de terra firme são formadas por um tipo de floresta equatorial.

Em Muaná, principalmente a noroeste, e numa pequena parte a sudoeste, predominam os campos naturais, onde se desenvolve a pecuária; a leste ocorre a presença de várzea alta, e a oeste uma pequena faixa de floresta úmida.

Por fim, e com relação à fauna aquática e terrestre, a listagem de suas variedades de espécies ultrapassa os interesses imediatos desta dissertação.



ra nesse período estão Soure (45%), Salvaterra (30%), Santa Cruz do Arari (10,5%), Ponta de Pedras (6,5%) e Cachoeira do Arari (6,5%), todos situados na parte oriental de Marajó.

O Município de Muaná, embora participe do mercado estadual de pescado com a exportação de camarão, não figura nas estatísticas de produção da Ilha, pois, a pesca não é organizada em Colônia de Pescadores e os dados analisados pelo IDESP foram fornecidos pelas colônias dos municípios citados. Por outro lado, o camarão que parte de Muaná para Belém é transportado diretamente, sem passar pelo mercado municipal da sede do Município, o que dificulta a verificação do volume produzido.

No âmbito extrativo-vegetal, a porção ocidental do Marajó, totalmente coberta por floresta e recortada por cursos d'água, é a principal fonte da madeira produzida na Ilha. A exploração florestal pode ser considerada em termos gerais como do tipo seletivo e predatório. Seis municípios da parte ocidental "produziram um valor de Cr\$ 14,9 milhões ou 82,7% do total, sendo o saldo de Cr\$ 2,1 milhões ou 17,3% produzido na banda oriental. Breves foi o maior produtor de todos: o valor de sua produção atingiu Cr\$ 9,1 milhões em 1970, ou seja, mais de 50% do valor para toda a Ilha. Breves apresenta um incremento de 9 vezes sobre o período de 1966 a 1970 em preços correntes. Muaná, no lado oriental vem em 2º lugar com uma produção que atingiu Cr\$ 2,8 milhões. A produção de Muaná aumentou de valor 10 vezes no mesmo período. A produção de Curralinho foi de Cr\$ 2,3 milhões. Estes três municípios têm um litoral contíguo na costa sul de Marajó. O Município de Afuá, o 4º lugar produtor de madeira fica na parte noroeste do Marajó. (IDESP, 1973 : 21). **A participação do Marajó na produção de madeira no Estado do Pará aumentou significativamente de 14,6% em 1966, para 31,5% em 1969 e então declinou moderadamente para 27,8% em 1970.** (ibid).

Além da madeira encontram-se na Ilha outros produtos de extração, como a seringueira (*Hévea brasiliensis* e outras) e sementes oleaginosas.

A leste de Muaná, onde predominam as várzeas altas e terra firme, encontram-se o açaí (*Euterpes edulis* ou *oleoracea*) e a ucuuba (*Meristica sebifera*), que, além da madeira, tem o fruto utilizado para extração de óleo; a andiroba (*Carapa guianensis*) cuja madeira tem alto valor comercial e produz ainda sementes oleaginosas, e finalmente a maçaranduba (*Mimusops huberi*). A oeste de Muaná, nas várzeas baixas, encontram-se as palmeiras de buriti (*Mauritia vinifera*), o açaí e

a fava (*Vicia faba*). Nesses dois tipos de várzea são encontradas as seringueiras.

Além desses, encontramos na floresta de várzea outros vegetais de significado econômico, embora seja relativamente pequena a área ocupada por esse tipo de floresta em toda a ilha.

Nos campos naturais sujeitos a secas e inundações periódicas desenvolve-se a pecuária extensiva, principal atividade econômica da ilha, predominantemente em sua porção oriental. As partes baixas e planas onde estão situados os solos de laterita hidromórfica e os hidromórficos indiscriminados são utilizadas para o pastoreio de bovinos e bubalinos. A vegetação de gramíneas que recobre esses solos garante alimento para o gado nas áreas inundadas e, particularmente, ao longo das margens dos lagos onde a profundidade é limitada. Esta vegetação seca completamente e desaparece, pouco depois do recesso das águas, até aproximadamente dezembro, quando há um mínimo de alimento disponível e o gado sofre não apenas perda de peso, mas, em alguns casos morte por inanição.

Durante dois séculos, Marajó figurou como o principal abastecedor de gado da capital do Estado do Pará. Atualmente, porém, outras regiões paraenses, como o Baixo Amazonas e Paragominas, e o Estado de Goiás fornecem mais da metade do gado para o matadouro de Belém. Observa-se esse declínio através dos dados comparativos fornecidos pelo IDESP, os quais revelam que em 1961 Marajó participou com 85% do gado transportado para Belém, e que em 1970 a porcentagem decaiu para 36%. A população bovina atingiu em 1970 cerca de 764.889 cabeças, das quais mais de 95% estavam localizadas na parte oriental da ilha. Nesse total, o Município de Muaná participou com o menor número, ou seja, 23.595, e Ponta de Pedras com a maior quantidade, i.é., com 233.421 cabeças (ibid.).

A agricultura desenvolvida na região marajoara está diretamente condicionada pela diversificação ecológica da região, que corresponde as variações de solos e cobertura vegetal. As terras altas no lado ocidental, onde estão localizadas os solos bem drenados e ocorre o latossolo amarelo, assim como solos de menor freqüência, são de fertilidade natural muito baixa; o mesmo se pode dizer de suas areias quartzozas vermelho-amarelas, consideradas de má qualidade para o cultivo a partir do segundo plantio. Nas terras firmes o escoamento das águas acarreta a lixiviação e conseqüente empobrecimento do solo, utilizado principalmente no cultivo da mandioca (*Manihot utilissima*, *Manihot sculenta*), bem adaptado, aliás, às condições reinantes.

Nas planícies baixas do lado oriental da Ilha, predominam os solos hidromórficos, limitados pela saturação dos perfis e pelas inundações cíclicas a que estão sujeitos. Essas terras de várzea são as mais apropriadas para o cultivo de plantas de ciclo curto, como arroz e cana-de-açúcar, muito embora sejam mais empregadas para o pastoreio extensivo.

No Município de Muaná, a agricultura é praticada principalmente ao sul, perto da sede municipal (estrada de Mocajutuba), e em parte do rio Muaná (afluente Gomes); a leste, no rio Atuaí; e a oeste no rio Guajará, onde se encontram as terras firmes e as várzeas altas. Como dissemos anteriormente, a leste predominam os campos naturais, onde é praticada a pecuária.

A produção agrícola de Marajó situa-se em quarto lugar, quanto a valor depois da pecuária, da extração vegetal e da pesca: em 1970, do que foi conseguido no Estado do Pará, contribuiu com 33% do arroz, 27,4% da cana-de-açúcar e 15,3% da mandioca (IDESP, 1973: 22-23).

Conclui-se, assim, que Marajó é definida pela existência de duas grandes áreas; a de *campo natural* na porção oriental, onde a pecuária e a agricultura atingiram os limites ecológicos de sua potencialidade de expansão, e a *zona da mata*, parte ocidental que possibilita o aproveitamento de recursos florestais com a prática do extrativismo. Estas duas áreas são conectadas pela rede hidrográfica que as percorre em várias direções. Isso contribui, não só para expansão espacial da população, localizada às margens dos rios, furos e igarapés, como também para o aproveitamento dos recursos destes últimos pela atividade pesqueira.

Conforme o Censo Demográfico de 1970, o setor oriental é formado por sete municípios, tendo uma população de 88.454 habitantes e uma densidade demográfica de 3,71 hab/km<sup>2</sup>; e o ocidental, por seis municípios com 88.343 moradores e uma densidade de 3,33hab/km<sup>2</sup>. Ambas as densidades contrastam com a do Estado do Pará que, possuindo 2.197.072 habitantes e 1.227.530km<sup>2</sup>, tem densidade demográfica de 1,79 hab/km<sup>2</sup>.

## CIDADE DE MUANÁ

O Município de Muaná tem uma superfície de 3.330 km<sup>2</sup> e população de 15.001 habitantes, com densidade demográfica de 4,50 hab/km<sup>2</sup> (Censo Demográfico, 1970). A grande maioria da população, ou seja, 13.469 indivíduos, encontra-se distribuída na zona rural ao longo dos

inúmeros rios, furos e igarapés de todo o Município. Desde total, 10.368 habitantes pertencem ao distrito de Muaná e 3.483 ao distrito de São Francisco de Jararaca. A população urbana do primeiro é de 1.022 indivíduos concentrados na sede municipal, e a do segundo, de 110 habitantes centralizados na Vila de São Francisco de Jararaca. Limita-se o Município ao norte e a oeste, com o de Ponta de Pedras, ao sul com a baía de Marajó, e a leste com os Municípios de Boa Vista e Anajás (mapa 3).

Erguendo-se à margem direita do rio do mesmo nome, pelo qual é banhada a 25 km de sua foz (IBGE, 1957 : 424), a cidade de Muaná localiza-se a 1°31'43" de latitude S e 49°13'00" de longitude de W G. (IBGE, 1972 : Fl. SA-22). O rio Muaná corre em direção geral norte-sul, desembocando na baía de Marajó diante da barra do Tocantins e sendo pequeno e dificultoso para entrada de embarcações de grande calado, devido aos baixios de sua foz.

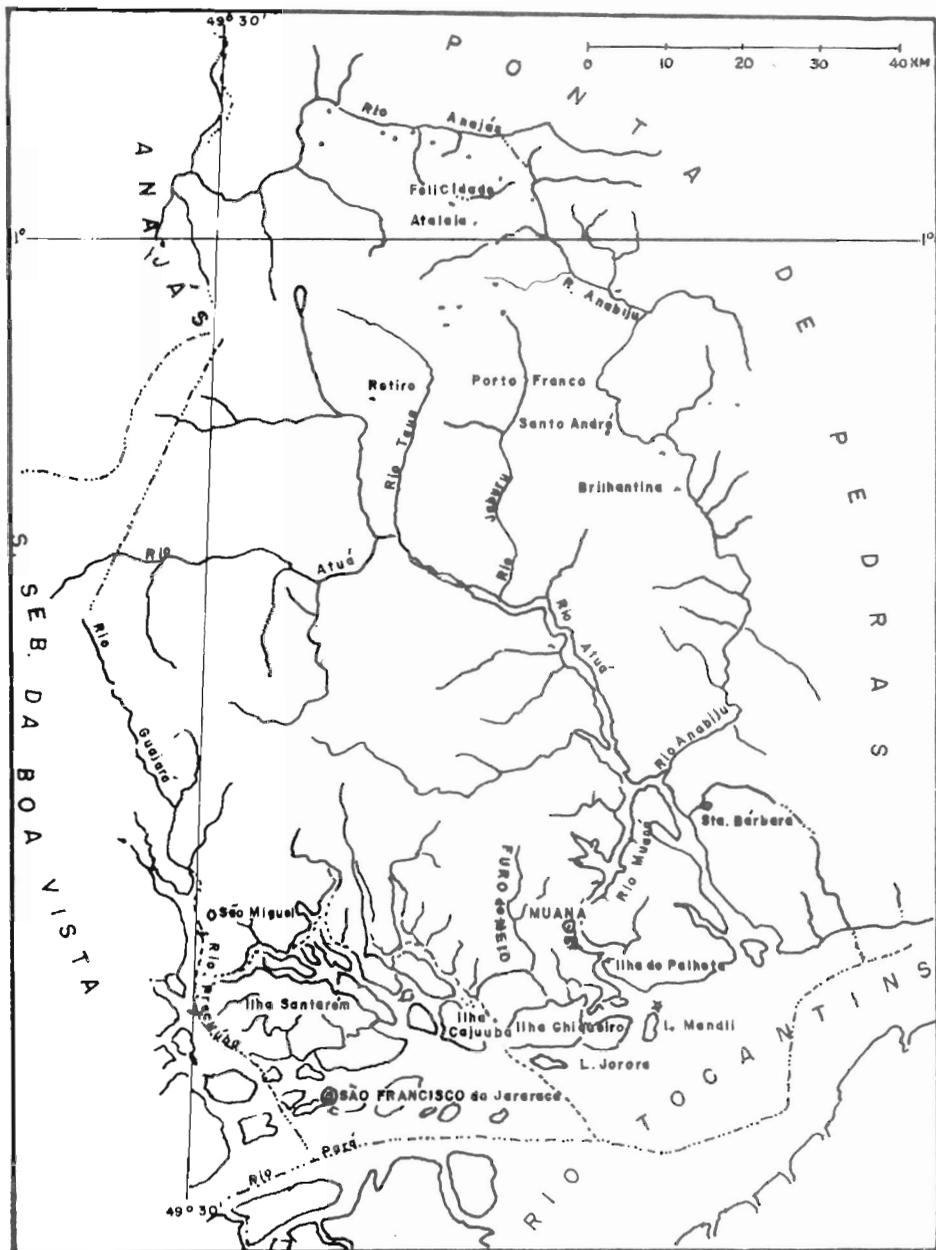
Muaná dista 88 km em linha reta de Belém e comunica-se com esta, principalmente, por via fluvial, sendo o meio de transporte mais freqüente o barco motorizado, e só esporadicamente aviões monomotores. Várias embarcações ligam Muaná de modo regular à capital e a outros municípios, em especial, ao de Abaetetuba, com o qual mantém transações comerciais. Duas a quatro vezes por semana é realizada a exportação de sua produção (palmito e madeira), e, concomitantemente, a importação de gêneros alimentícios e de outros produtos industrializados. Essas embarcações são também empregadas no transporte de passageiros.

A área da cidade tem aproximadamente 200 metros de frente por 1 quilômetro de fundo. Esta situada no alto de uma barranca de 1 a 2 metros acima do nível do rio, de onde se podem avistar, a leste as florestas que ficam do outro lado do rio Muaná; a oeste e sudoeste as que irão encontrar seus limites no rio Cajuuba e ao sul as do Furo do Meio.

A frente da cidade, à beira do rio, é margeada por um cais de proteção, de um metro de largura aproximadamente, de cuja parte central desce, em direção ao rio, uma rampa de cimento com uns seis metros de comprimento, por três metros de largura, tendo, a cada lado e a alguma distância, um trapiche de madeira com mais ou menos 15 m de comprimento por 5 m de largura.

Vista da rampa pelo visitante que chega, Muaná apresenta um vasto largo, delimitado pelo cais de arrimo e por alinhamento de casas que se desenvolvem mais ou menos perpendicularmente ao rio. A es-

querda, e portanto, a sudeste, inicia-se um alinhamento de casas que se estende até perto dos baldios que a oeste limitam a cidade. A direita, e portanto, a noroeste, dois outros alinhamentos de casas, deli-



Mapa 3 — Município de Muaná

mitam a cidade por esse lado e se estendem para oeste de forma grosseiramente paralela a do primeiro alinhamento descrito. Logo próximo do cais abre-se um grande largo, em que diante da rampa, está o Mercado Municipal, e à esquerda uma praça ajardinada (1) com um parque de diversões adjacente. O fundo do largo esparçamente definido por algumas casas que ficam para o lado do norte, pelo Ginásio Estadual Angelo Nascimento e pela Igreja Matriz, ao sul das casas anteriores. Entre as casas e a Igreja há um pequeno caminho que, deixando do lado norte o Hospital Municipal e, em frente dele outra praça ajardinada chega até à Prefeitura Municipal. Até esta também vem ter o mais meridional dos arruamentos do nordeste da sede municipal. O setentrional, tendo perto da Prefeitura o Juizado, Delegacia, Coletoria e ainda o Grupo Escolar Dr. José Malcher, prolongando-se até o fim da cidade, onde apresenta residências mais pobres. Daqui por diante este arruamento transforma-se na estrada de Mocajutuba, de cujos roceiros trataremos em pormenores.

Ao sul e a alguma distância de um jardim que fica em frente do Hospital Municipal, há ainda a Escola Primária Paula Francinneti, cujo extremo ocidental fica quase em paralelo a fachada da Prefeitura Municipal. Esta, virada para oeste, tem em frente um largo ainda maior que aquele que fica junto ao rio. Do outro lado desse largo e diretamente oposta à Prefeitura, fica a Igreja de S. Benedito, e atrás desta o Cemitério. É aí que acaba a cidade, no ponto mais pobre que é chamado de "centro".

As ruas existentes na cidade são retas, as praças bem demarcadas, mas as travessas que se vão formando aqui e ali são menos precisas. As casas residenciais geralmente dispõem-se uma ao lado da outra, separadas por um espaço pequeno, sendo raramente de parede-meia. São de madeira, com chão de tábuas e cobertas de telhas. Algumas têm fachadas rebocadas ou de tijolos. As casas que ficam no "centro", mais próximas do Cemitério, são em geral cobertas com palha.

Muaná tem uma rede de água e energia elétrica. A água recolhida do rio Muaná é distribuída sem qualquer tratamento químico ou físico. A cidade é servida por luz elétrica apenas durante quatro horas por noite mas o hospital recebe-a em tempo integral. Por outro lado, a maioria das residências possuem ligação elétrica e água encanada.

---

(1) — É nesta praça que, durante o mês de julho, realizam a festa do padroeiro do Município — S. Francisco de Paula.

Conforme levantamento efetuado em campo, a cidade possui 300 residências, 11 prédios de utilidade pública e 16 estabelecimentos comerciais. Esses últimos acham-se espalhados por toda a área urbana, tendo a maior concentração na "frente da cidade". Atualmente, porém, nota-se uma tendência à abertura de novas casas de comércio para o "centro", o que dá maior movimentação a esta parte da cidade.

Em termos de transações comerciais e considerando o Município como um todo, a cidade é pouco importante. O movimento aglutina-se em torno dos pequenos estabelecimentos comerciais, do mercado municipal e da rampa. Esses locais servem, sobretudo, como ponto de reunião de seus moradores, principalmente, do sexo masculino, acentuando-se isso mais por ocasião da chegada das pequenas embarcações do interior do Município, que trazem peixe, camarão, açaí, para vender na sede municipal. A influência desses pontos comerciais é pequena, servindo ao atendimento da população local e adjacências. Todavia, com a implantação de duas indústrias de beneficiamento de palmito nos arredores da cidade, verifica-se sensível modificação, causada por uma maior circulação de dinheiro, embora isso não transforme a cidade de Muaná, em centro de grande movimentação comercial.

Em todo o Município há 51 empreendimentos comerciais, alguns dos quais relativamente importantes devido à maior concentração de população, como os localizados na Vila de S. Francisco de Jararaca, Ponta Negra e S. Miguel do Pracuúba. Nesses estabelecimentos, a população compra bens de consumo, não precisando abastecer-se na sede municipal.

No que se refere à rede escolar da cidade, pode-se considerá-la como bastante razoável, funcionando um ginásio estadual, um grupo escolar e uma escola municipal, nos quais, em 1975, estavam matriculados 409 alunos no curso primário e 231 no curso secundário. Além desses, funciona um Curso Supletivo do Mobral. Essas escolas sofrem interferência política, sendo sempre seus dirigentes pessoas envolvidas diretamente no processo político-partidário.

Quanto aos aspectos de saúde, a cidade conta, como já referimos, com um hospital, instalado em 1975, com um quadro de trinta e quatro funcionários contratados pela Secretaria de Saúde do Estado, inclusive dois médicos residentes. No hospital há serviço de consultas, pequenas cirurgias e, principalmente, partos. Possui 24 leitos, e em nossa última visita a campo estava sendo instalado um aparelho de Raios-X. Há também um serviço odontológico, com um dentista residente, mas o atendimento não é feito no hospital e sim, num antigo

posto de saúde existente na cidade. Os funcionários contratados para o serviço de saúde são, em geral, pessoas ligadas à política e filiados ao grupo da situação, como nas escolas.

É fácil observar o comportamento político da população dividindo-a em duas facções: a dos que são da situação (do lado do prefeito) e os que lhe são contrários. Verifica-se uma atitude de submissão de parte da população diante das autoridades políticas, traduzindo a posição de caboclo submetido a domínio vindo de fora, não só político mas também econômico-social.

Os habitantes da cidade encontram-se ocupacionalmente ligados ao setor público, servindo na prefeitura, hospital, escolas, coletoria, delegacia, telégrafo, serviço de luz, e também vinculados ao setor industrial, no caso, serrarias e fábricas de beneficiamento de palmito, localizadas nas proximidades da cidade.

## PANORAMA DA ECONOMIA

A economia do Município de Muaná baseia-se principalmente na exploração de seus recursos naturais. Entre esses, o aproveitamento dos recursos florestais na atividade extrativista da borracha, madeira e palmito aparecem como principais fontes de renda de grande parte da população rural do Município. A pesca, pecuária e agricultura, seguem-se em importância numa ordem que não é a mesma da economia de Marajó como um todo. Outras atividades como a caça e a coleta de sementes oleaginosas são pouco importantes, quase inexistentes (2).

## BORRACHA

Na Amazônia, a atividade extrativista, como se sabe, teve a maior importância na época da exportação da borracha no século XIX, principalmente, em sua segunda metade. Foi extremamente rudimentar o sistema que se estabeleceu de exploração da seringueira e caucho nativos, também dependente, quanto a aumentos de produção, da afluência da mão-de-obra e da ocupação de novas áreas inexploradas. Hoje a exploração da borracha no Pará acha-se praticamente limitada às primeiras áreas a serem exploradas (Andrade *apud* Velho, 1972 : 36). A

---

(2) — No Município há também, engenhos e olarias, estas últimas em maior número. O pouco tempo disponível para trabalho de campo impediu-nos de estudá-los.

partir de 1912, logo após a I Guerra Mundial, os preços da borracha caíram, com a entrada de novos concorrentes no mercado mundial, causando profundas modificações na produção brasileira.

Atualmente, a atividade extrativista caracteriza-se fundamentalmente, pela baixa produtividade do extrator, **devido à grande dispersão das árvores, dificuldade de acesso aos seringais e o baixo nível de renda per capita da mão-de-obra empregada** (Miranda Neto, 1976 : 102). Esta última causa, segundo Miranda, é uma **“causa efeito” cujo círculo vicioso deve ser rompido talvez pela ocupação da força de trabalho em várias tarefas sazonais mutuamente compensadoras, destarte melho do sua estabilidade financeira** (ibid).

No Município de Muaná, somente um número reduzido de extratores desenvolve essa atividade, assim que, dos 1.022 habitantes da zona urbana, residentes na sede municipal, apenas um velho *seringueiro* de 65 anos continua a trabalhar em seu seringal. Não obstante, para alguns moradores da zona rural, essa atividade continua funcionando como meio de complementação de renda, junto com a exploração da madeira.

As seringueiras acham-se localizadas nas matas de várzeas, nem sempre nas partes úmidas, dispondo-se mais ou menos em alinhamentos próximos aos rios e igarapés. Distribuem-se a distâncias variáveis, embora muitas vezes formem agrupamentos mais ou menos densos. Essas distâncias, variam de 50 a 100 metros, e o seringueiro, passando de uma árvore para outra, abre caminhos até formar o que denominam **“estradas”**. Em geral formadas de 100 a 150 árvores, elas iniciam-se próximo da residência do seringueiro e **formam um grande círculo que acaba mais ou menos no ponto em que começou** (Wagley, 1957 : 125). Normalmente uma **“estrada”** produz durante cinco anos, devendo ser abandonada posteriormente por um período de dois anos para que as seringueiras possam se refazer da sangria continuada. Segundo Wagley (1957 : 29) **na região das Ilhas e do Delta do Amazonas, as estradas de borracha tem em média, de quatro a sete quilômetros de extensão, conforme o espaçamento das árvores na floresta.**

A extração está diretamente condicionada pelas **“estações”** do ano. É praticada somente na estiagem e desenvolvida mais intensamente durante três meses — de agosto a outubro. Durante as chuvas é impossível por dois motivos: 1.º) porque a água das chuvas fica depositada nos vasilhames inseridos nas árvores, e o látex não coagula; 2.º) porque os rios transbordam e as chuvas constantes inundam as **“estradas”**, que ficam muitas vezes intransitáveis.

Como equipamento de trabalho, o seringueiro utiliza o terço para abrir as picadas até alcançar as "estradas", o máchado para incisão das árvores, o "vasilhame" (tijelas de flandes) para a coleta de látex, e o balde para despejar o látex depois de retirado do "vasilhame". Trabalha 3 a 4 horas por dia nessa atividade, tempo que leva para percorrer uma estrada, cortando seringueira por seringueira e nelas fixando os vasilhames para receber o látex. Começa a trabalhar às 5 horas da manhã e vai até às 9 horas. A partir dessa hora trabalha no corte de madeira, na pesca ou então na agricultura — em suas pequenas roças de subsistência. Dificilmente o seringueiro ocupa-se o dia todo na atividade da borracha.

Segundo os informantes, uma "estrada" de 150 árvores produz semanalmente 50 quilos de sernambi cameté (denominação local do látex). Atualmente, porém, é difícil encontrar-se uma estrada com esse número de seringueiras, sendo 30 quilos de látex o máximo que uma estrada de 120 árvores produz. A produção é vendida aos comerciantes locais que operam à base do sistema de aviamento (3).

Quando o seringueiro não é dono da terra, entrega um terço da produção, em dinheiro, ao proprietário ("patrão") como pagamento pelo arrendamento do seringal, e aquele lhe concede crédito em seu estabelecimento comercial, "aviando-o". **O crédito é o mecanismo que fornece a pista** (Belsham, 1968 : 89). O dono da terra sempre é o comerciante e o crédito do seringueiro fica na dependência de sua produção. Se este não corresponde às expectativas do "patrão", o mesmo corta o crédito até que aquele possa saldar a dívida. Comumente o seringueiro ajusta sua conta com o que ganha também extraindo madeira. O comerciante compra a quatro cruzeiros o quilo do "sernambi" e o vende ao mercado de Belém ao preço de seis cruzeiros.

#### MADEIRA

A extração da madeira constitui importante fonte de renda para a população muanense, considerando-se o número de habitantes que, ligados a essa atividade, atendem a demanda da produção industrial e a participação do Município no mercado regional. Muaná, como vimos, é o segundo produtor dentre os Municípios que formam a Região dos Campos de Marajó.

(3) — No Município de Muaná, é o fornecimento de bens de consumo a um indivíduo e a seu grupo familiar, como forma de aquisição de produtos extraídos ou produzidos. O aviado fica comprometido de vender sua produção ao aviador.

Os tipos de madeira mais exploradas são a andiroba, maçaranduba, fava e outras, utilizadas principalmente para construção de casas. Estas espécies encontram-se dispersas nas extensões das várzeas altas, com exceção da fava que está localizada nas várzeas baixas, próxima dos rios e igarapés. Esta é uma espécie que está se tornando cada vez mais rara, devido a que o local de extração é de mais fácil acesso, o que provoca maior procura, e, conseqüentemente, o desaparecimento mais rápido. A dispersão das árvores impede a concentração do corte em determinado local, obrigando o extrator a percorrer vários lugares em busca das espécies compradas pelas serrarias.

No trabalho da extração é utilizado o terçado e o machado. O extrator usa o terçado para limpar e abrir picadas, a fim de chegar ao local onde vai efetuar o corte. Derruba a árvore com o machado, e com ele corta os toros e os carrega para as margens do rio ou igarapé. Em seguida prepara uma esteira com aningas (*Montrichardia linifera*), que fica submersa na água, apoiando os toros. Essa técnica é denominada de "engajamento" e/ou "embuiar madeira".

A extração da madeira está condicionada por diversos fatores, desde o corte das árvores até as despesas com o transporte. O primeiro se relaciona com a árvore que vai ser derrubada, pois, tratando-se de uma área explorada desde os tempos coloniais, é preciso avançar cada vez mais para o centro das matas, em busca de troncos que ofereçam melhores metragens. O segundo, refere-se ao local de exploração. Por ocasião das cheias, no "inverno", a madeira é conduzida com uma certa facilidade, quando as águas chegam até próximo ao local onde é efetuada a derruba. No "verão", com as águas baixas, as distâncias ficam maiores, levando o madeireiro a gastar mais dias de trabalho no transporte.

Para o transporte dos troncos, são utilizadas as "jangadas", (4) que navegam pelos rios e igarapés durante vários dias, dependendo da distância a ser percorrida pelo extrator para efetuar a venda. Durante nossa estada em campo, tivemos oportunidade de observar diversas vezes a condução dos toros para as serrarias. Nas grandes distâncias há necessidade de maior força de trabalho e aumento do custo da produção.

O ritmo de trabalho do madeireiro é bastante variado. Por ocasião do corte trabalha de dois a três dias durante a semana, mas, difi-

---

(4) — Conjunto de paus roliços, unidos por cipós e apoiados em certa quantidade de um vegetal flutuante (aningueira), que faz com que os toros fiquem boiando sobre a água.

cilmente utiliza os dias inteiros nessa etapa da extração. Somente no transporte dos toros para as serrarias é que trabalha mais intensamente, dependendo do maior ou menor dispêndio de tempo, das distâncias e das oscilações das marés até os locais de venda.

As relações de produção na atividade madeireira organizam-se de modo semelhante às da coleta de borracha. Geralmente, o madeireiro não é dono da terra, paga um terço, em dinheiro, pelo arrendamento. A venda é realizada ao dono da serraria (que em geral é comerciante). Essa transação também é feita sob o sistema de aviamento. Assim, o madeireiro entrega sua parte e, em troca, fica compensado no todo ou em parte, o preço das mercadorias que o comerciante lhe antecipou. No acerto das contas, raramente o extrator fica com o saldo em dinheiro. Pelo contrário, fica sempre em débito, o que o leva a procurar outros produtos, como a borracha e semente oleaginosas, para saldar a dívida. Godelier (s/d : 81) analisando sobre o valor da troca de uma mercadoria diz que **o processo de formação do preço não é o processo de formação do valor, mas a revalorização do valor** (ibid.).

A madeira entregue às serrarias para ser beneficiada é vendida e seu valor está na dependência da demanda do mercado regional, que fixa os preços de acordo com as espécies mais procuradas pelo consumidor. A maçaranduba, considerada madeira forte, é a de maior valor. O dono da serraria paga pelas várias espécies preços diferentes e corta as tábuas, revendendo-as por preço que lhe garante o lucro de seu negócio.

Vale salientar que a compra de madeira pelos habitantes do mercado local é insignificante, em relação à venda para o mercado regional. Quase toda a produção das 38 serrarias existentes no Município de Muaná é transportada para Belém, ou então para o Município de Abaetetuba.

## PALMITO

Atualmente, com a exploração do palmito, a extração de madeira vem se tornando menos intensa e perdendo sua importância. O extrator encontra na atividade do palmito maior possibilidade de fazer um bom negócio, que lhe garanta renda imediata. A mudança deve-se a instalação de fábricas de beneficiamento de palmito no Município, que incrementam cada vez mais a exploração de um recurso natural disponível.

O palmito é extraído do broto do açazeiro, palmeira nativa de tronco alongado, liso e flexível, que produz junto às folhas cachos de frutos roxos, que, amassados, fornecem uma bebida. Desenvolve-se o açazeiro dispersamente ao longo dos rios, e nos locais de maior concentração estão reunidos em toiceiras, com uma média de cinco a seis palmeiras cada, o que de certa forma facilita sua exploração. Essas áreas de maior incidência ficam em terrenos de várzeas altas, bordeando rios e igarapés, mas também em solos de terra firme.

A exploração do palmito está condicionada, principalmente, pela forma de propriedade da terra. Se o extrator não é dono da terra, paga um terço ou metade do valor da produção ao proprietário. Todavia, o proprietário cujo terreno tem açazeais prefere ele mesmo extrair, em vez de arrendar a terceiros. Somente um pequeno número de proprietários arrendam suas terras para a exploração do palmito.

Durante o ano inteiro extrai-se o palmito, sendo isso porém mais difícil na "estação" considerada de "inverno" devido às chuvas. Tal trabalho é realizado mediante dois processos: o de derruba total da árvore, ou o do corte do broto. No primeiro, o extrator derruba totalmente cada árvore da toiceira, e vai retirando seus brotos, enquanto que, no segundo, sobe na árvore e corta o broto.

Em geral, o extrator ocupa-se o dia inteiro nessa atividade e, dificilmente, pratica outra tarefa. Sua média de trabalho semanal é de três a quatro dias, enquanto que a média obtida por jornada de trabalho é de um cento diário de palmitos, incluindo as duas etapas: a extração propriamente dita e transporte do produto para as fábricas.

A exploração do broto dessa planta teve início no Município de Muaná em 1973, com a instalação de duas fábricas perto da cidade. A partir daí foram surgindo outras, e, em nossa última ida a campo (1976), verificamos a tendência à implantação de novas fábricas. Atualmente, em todo o Município existem cinco fábricas em funcionamento (duas das quais pertencem a um proprietário com capital estrangeiro), havendo outras duas prontas para ser instaladas. A medida que seu número aumenta há maior necessidade de matéria-prima, e isso provoca o crescimento do contingente de extratores. É possível verificar isso pelo número de pequenas embarcações a motor que atualmente circulam em Muaná — cerca de trezentas — que trabalham no transporte de palmito. Antes da instalação dessas fábricas o Município não contava com tal número de embarcações, existindo somente algumas de propriedade de comerciantes que iam comprar produtos manufaturados para seus estabelecimentos no Município de Abaetetuba.

A venda do produto pelo extrator é realizada no mesmo dia em que foi conseguido, ou até dois ou três dias depois, tempo esse em que o palmito permanece sem se deteriorar, antes de ser beneficiado. Se o palmiteiro mora próximo às fábricas, vende-o no mesmo dia, caso contrário, prefere extrair uma quantidade maior, no máximo três centos, e realizar posteriormente a transação. O transporte do produto para as fábricas é feito com as já citadas embarcações motorizadas, que são denominadas de "bajaras" ou "fubicas" pelos habitantes de Muaná.

Ao chegar com o palmito, o homem desembarca no próprio porto da fábrica e realiza a transação, vendendo o cento a quarenta ou a trinta e cinco cruzeiros. Essa diferença no preço está ligada ao financiamento do meio de transporte que os donos das fábricas fazem a determinados extratores. Como os proprietários brasileiros trabalham com um capital menor em relação ao do proprietário estrangeiro, pagam preços inferiores e financiam a embarcação do extrator, a fim de garantir a matéria-prima. Então, o palmiteiro que tem embarcação financiada, fica comprometido de vender sua produção à fábrica que o financiou, cinco cruzeiros a menos do que poderia vender na fábrica cujo dono é estrangeiro, a fim de ir amortizando a dívida.

Segundo informações fornecidas pelo gerente de uma das fábricas do proprietário estrangeiro, a compra diária de palmito varia entre 5 e 20 mil centos, que, apesar de tudo, não atende à demanda do mercado. Depois de beneficiada, a produção é destinada tanto ao mercado nacional como ao mercado internacional, sendo que o enlatamento é feito na própria fábrica, vindo a lataria de S. Paulo. Nas outras fábricas o enlatamento é também realizado do mesmo modo (Cf. Brabo, 1979).

Através do exame um boletim diário de produção de uma das fábricas do proprietário estrangeiro, verifica-se que de 3.367 toneladas de palmito, 2.505 são exportadas para a França e Estados Unidos e somente 863 toneladas seguem diretamente para S. Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro. Já a produção das fábricas de proprietários brasileiros destina-se a Belém, Rio de Janeiro e S. Paulo.

## PESCA

A pesca, embora tenha uma importância menor que a extração, em termos do destino dado ao produto, não deixa de ter sua significação no quadro econômico do Município, principalmente, como fonte de alimento para a população. A situação geográfica de Muaná contribui para o desenvolvimento da pesca tanto fluvial, quanto lacustre e marí-

tima. Verifica-se a concentração de pescadores na foz do rio Muaná, em locais próximos aos pesqueiros, embora ela exista também nos inúmeros rios e igarapés e nas ilhas Mandii, Pescada, etc., próximas à baía de Marajó. Entre as espécies de peixe mais encontradas estão a pescada (*Gadus merluccius*), o filhote (*Brachyplatystone filamentose*), a piramutaba (*Brachyplatystone vaillanti*), mapará (*Serrasalmo denticulatus*); dos crustáceos, o camarão (*Palaemon*, esp. div.) é o único a merecer atenção.

A pesca desenvolvida no Município é uma atividade de tecnologia simples. Quanto aos métodos e técnicas utilizados, alguns são inclusive de origem indígena. As embarcações que predominam são o casco (5) e a montaria (6), movidas a remo. Os instrumentos utilizados são em sua totalidade confeccionados com fio de nylon (*malhadeira* (7) e *linha* (8)) e com talas e cipós (*cacuri* (9) e *matapi* (10)). O *puçá* (11) é raramente utilizado, bem com a técnica da *gapuia* (12). A introdução do fio sintético é recente, empregando-se antigamente na fabricação de redes e linhas o fio de algodão, denominado de "linha americana".

A *malhadeira* e a *linha* são empregadas na captura de peixe na pesca fluvial e, em algumas vezes na marítima. Já o *cacuri* e o *matapi* são utilizados na pesca de rio, mas somente nas margens. O primeiro (*cacuri*) no aprisionamento de peixe, e o segundo (*matapi*) na captura do camarão. O *puçá* é empregado na pesca de igarapé, tanto de camarão como de peixe, enquanto que na captura de peixes nos lagos é usado o *cacuri*. Aparece ainda o *espinhel* (13), apropriado à pesca de peixes

- 
- (5) — Pequena embarcação movida a remo, feita do tronco interiço de grandes árvores.
  - (6) — Embarcação de pequeno porte, movida a remo, geralmente maior que casco, construída com tábuas, e possuindo ou não um pequeno toldo. No Município de Muaná, a montaria utilizada na pesca não tem cobertura.
  - (7) — Rede de pescar regular, confeccionada com fio de nylon, apanhando o peixe pelas guelras, quando este tenta passar pelas malhas.
  - (8) — Instrumento de linha de nylon e um anzol.
  - (9) — Conjunto de esteiras feitas com talas de jupati (*Rahia vinifera*), presas por cipós de miriti (*Mauritia flexuosa*), formando uma cerca, denominada curral e colocada nas margens dos rios durante a maré enchente. Retém os peixes na vazante.
  - (10) — Armadilha feita com o mesmo material do *cacuri*, de forma cônica, em geral com três palmos de comprimento por 2,5 palmos de largura, possuindo uma abertura, na qual o camarão é aprisionado.
  - (11) — Rede de malha pequena empregada na pesca do camarão.
  - (12) — Processo denominado tapagem de fechar igarapés, nos quais fazem os poços quando secos. Com a enchente da maré, os peixes ficam retidos nesses poços, e depois faz-se a "despesca".
  - (13) — Conjunto de anzóis ligados a uma corda mestra mantida a diferentes profundidades, graças a pesos e bóias flutuantes.

no rio e no mar. Entre esses instrumentos, os mais utilizados pelos pescadores “profissionais” são: o *matapi* e a *malhadeira*.

A pesca é praticada o ano inteiro, mas por ocasião das enchentes os cardumes se dispersam, e há em consequência maior dificuldade de captura. De julho a dezembro, período considerado de vazante, esta provoca considerável concentração dos cardumes, principalmente de camarão; e, notadamente dos fins de maio até agosto, a abundância — que depois se reduz — de peixes e camarões em liberdade nos rios e retidos nos lagos e igarapés, proporciona melhores resultados aos pescadores “profissionais”, e também desperta o interesse da população ribeirinha, que passa episódicamente, a dedicar-se à atividade pesqueira.

O ritmo de trabalho do pescador, está diretamente condicionado a esses dois períodos. Nas épocas de enchentes, uma vez por semana, acontece a pesca de *malhadeira* nos rios, e duas vezes fazem a “despesca” nos *matapis*. Nessa época, dificilmente a produção é suficiente para vender; se isso acontece, geralmente vende em sua própria casa, para algum vizinho. Mesmo no “verão”, de setembro a dezembro, quando as águas começam a crescer, e se inicia a diminuição do peixe, somente consegue uma vez — no máximo duas — pescar o suficiente para vender. Já na época da safra, quase que diariamente, há “despesca” nos *matapis*. E duas a três vezes por semana lança a *malhadeira* ou, pelo menos uma vez na semana, faz a tapagem com os *cacuris*. Três a quatro vezes por semana vai à cidade vender seu produto no mercado municipal. Todavia, não é todo pescador que traz seu produto para negociar na cidade, mas somente o que reside na foz do rio Muaná. O pescador que mora nas Ilhas transaciona seu produto no próprio “porto” de sua casa, com os compradores que aparecem.

O único produto da pesca comercializado fora do Município é o camarão. Por ocasião da safra, o intermediário compra do pescador o camarão frito <sup>(14)</sup> e, algumas vezes, o camarão fresco. O primeiro é transportado em pequena embarcação motorizada para o Município de Abaetetuba, enquanto que o segundo, em embarcação geleira, para a capital do Estado. Em certas ocasiões, o camarão frito também chega a Belém, levado em canoa motorizada por um morador do Município de Muaná que, em geral, é o comerciante que contrata previamente a produção do pescador e opera à base do aviamento. Porém, esse tipo de operação raramente ocorre, pois o pescador, normalmente negocia livremente seu produto, sem nenhum prévio compromisso de venda.

---

(14) — Camarão cozido com água e bastante sal, seco ao sol.

O peixe, qualquer que fosse a espécie, era vendido, em 1976, a sete cruzeiros o quilo e o camarão fresco variava de dois e quatro cruzeiros no mercado da cidade, dependendo da oferta do dia. Em geral, com relação ao peixe, a procura era maior do que a oferta, ocorrendo ao contrário com o camarão, principalmente durante os meses de julho e agosto. Quanto ao preço do camarão fresco que vai para o mercado regional, o intermediário estava pagando o mesmo que era obtido pelo pescador no mercado da cidade. Geralmente o camarão frito variava de preço, mas entre limites inferiores ao do produto fresco.

## PECUÁRIA

Embora Marajó seja considerado o maior centro pastoril da Amazônia, no Município de Muaná esta atividade é pouco expressiva, se compararmos sua participação na exportação de gado, para Belém, com a dos Municípios que formam a porção oriental da ilha (IDESP, 1973).

A pecuária desenvolve-se na zona campestre, principalmente, a oeste do Município, e distante da sede municipal. Como no oriente Marajoara, caracteriza-se pelo seu caráter extensivo e pelo condicionamento ecológico que leva ao uso de campos naturais e sujeito ao regime das cheias. Durante os cinco meses de chuvas (fevereiro/junho) os campos ficam inundados o que fertiliza as plantas forrageiras. Entretanto, essas alagações criam sérios problemas para o gado, exigindo seu deslocamento para as terras altas, que não são apropriadas para a criação, devido a ocorrência de ciperáceas, de capins duros e celulósicos, considerados pobres para pastagens (Dias, 1959 : 288).

Segundo informe do IBGE (1972), 12% da população do Município de Muaná trabalha na atividade pecuária. Esses habitantes são denominados "campineiros" e residem nas fazendas situadas nos campos. As terras ocupadas por essas fazendas são apenas demarcadas, raramente separadas por cercas devido as condições climáticas que não permitem a divisão física das propriedades (Miranda Neto, 1976 : 110). Como as fazendas não são demarcadas, o gado se dispersa pelos terrenos, misturando-se aos de outras propriedades, sendo um dos motivos que leva à utilização dos sistema de mutirão entre os grupos vicinais. Segundo Miranda Neto os "vaqueiros das vizinhanças ajudam-se uns aos outros nos serviços de apartação, contagem, ferra e castração: esses dois últimos são processos dolorosos e um tanto bárbaros ao modo marajoara, mas necessários à garantia da propriedade e a seu dono (Ibid. : 111-112).

Na atividade da pecuária, o vaqueiro e o feitor são empregados do fazendeiro, que vivem com suas famílias nas fazendas. Recebem um pequeno ordenado mensal, sendo que o do segundo é um pouco mais que o do primeiro, embora nenhum dos dois chegue a ganhar o salário mínimo. Além disso, recebem uma "ração alimentar" de farinha, que-rosene, sal, etc., de acordo com o número de membros do grupo familiar. O feitor exerce o poder da fazenda e lida diretamente com o vaqueiro, pois o fazendeiro é um absenteísta que só visita esporadicamente sua propriedade.

Quanto aos produtos da pecuária, somente o leite é consumido pelo "campineiro", e raramente a carne de gado. Esta é vendida no mercado da cidade uma a duas vezes por semana, principalmente durante a estiagem, sendo comprada por uma pequena parcela da população residente na sede municipal, e só algumas vezes por habitantes interioranos. A maioria das reses são transportadas para o Matadouro do Maguari, em Belém, e uma pequena quantidade para o Município de Abaetetuba.

## AGRICULTURA

A agricultura, como atividade econômica, não é de grande importância para o Município. Predomina a agricultura extensiva e itinerante, sendo as matas desbravadas para a realização das roças. É realizada em terras firmes, apropriadas para o cultivo, embora seja também praticada em terrenos de várzea altas.

As roças, geralmente, estão localizadas em terrenos altos, devido as enchentes e ao processo de erosão, que podem destruir as plantações.

Somente os moradores da estrada do Mocajatuba e dos rios Atua e Guajará praticam a agricultura como atividade básica, e os dois primeiros serão objeto central de análise no decurso deste trabalho.

Em linhas gerais, observa-se que as atividades econômicas do Município de Muaná estão condicionadas, essencialmente, pela alternância das "estações", pela propriedade e uso da terra, e pelo sistema de aviamento.

A maioria da população encontra-se ligada à atividade extrativista, sendo o palmito o principal produto procurado. O papel econômico que hoje desempenha localmente pode ser comparado ao da borracha na segunda metade do século passado, funcionando como substitutivo.

É uma ocupação que permite ao extrator obter moeda, logo que entrega o produto, o que funciona como fator de atração e incentivo, se levarmos em conta que todas as outras atividades econômicas estão na dependência do sistema de aviação. Isto se explica basicamente por dois motivos: 1) a maioria dos extratores são proprietários de açais, detendo o controle efetivo sobre o meio de produção e o destino a dar ao produto de extração; 2) a crescente demanda do comércio internacional e nacional leva as fábricas a competirem entre si e a utilizarem a forma de pagamento em dinheiro como estímulo à maior capacidade de trabalho do extrator.

A pesca, a pecuária e a agricultura constituem os outros setores da economia, em torno dos quais a população do Município se distribui, participando do processo de produção.

Deixando de lado aqueles dois primeiros setores da economia, passaremos agora a dedicar toda nossa atenção à economia dos roceiros.



## ECONOMIA DOS ROCEIROS DE MUANÁ

### ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

No Município de Muaná, como foi visto na introdução, dois grupos de roceiros apresentam formas diferentes na ocupação do espaço. O grupo de Atuí, localizado no nordeste do Município, se distribui linearmente ao longo do rio do mesmo nome e de seus afluentes, tendo como única via de comunicação o próprio rio. Apresenta-se como um povoamento disperso composto de pequenas constelações de grupos familiares, centrados em entrepostos comerciais, sobretudo, por suas relações econômicas. O grupo de Mocajatuba, situado ao sul e ligado à sede Municipal, está concentrado ao longo da estrada do mesmo nome, com 5 km de extensão. Esses dois tipos de organização do espaço geográfico, condicionam as relações econômicas e sociais envolvidas.

A foz do Atuí encontra-se a 10 milhas de distância, rio acima da cidade de Muaná. O rio tem aproximadamente 50 km de comprimento, diferindo, por sua extensão, dos demais rios que compõem a rede hidrográfica do Município. É o maior rio de Muaná, e o terceiro de toda a ilha de Marajó (Teixeira, 1953: 4-5). Em sua embocadura apresenta uma largura aproximada de 300 metros, e à medida que vai subindo seu curso, este em determinados trechos, só é navegável por canoas a remo. Suas águas são quase sempre escuras, principalmente nas partes mais estreitas, sobre as quais cai e se debruça muita folhagem.

Há ao longo do rio Atuí pequenos estabelecimentos comerciais, quatro escolas públicas de nível primário e um cemitério.

As atividades econômicas do roceiro baseiam-se na agricultura e no extrativismo do açaí, complementados pela caça e pela pesca. Estas duas últimas funcionam apenas como itens de complementação alimentar.

A agricultura e o extrativismo do açaí têm como objetivo principal atender o consumo do grupo familiar e as necessidades de mercado, através da comercialização dos produtos, cuja finalidade, em última análise, é preencher as necessidades de subsistência da família, principalmente, as alimentares. Praticam uma agricultura extensiva e itinerante.

te, e devido ao longo período de exploração da área, a maioria das roças não se encontram mais situadas ao lado das casas, onde se localizavam originalmente. Na atualidade, junto às residências, limitam-se apenas à criação de pequenos animais, geralmente aves, como galinhas e patos. Os deslocamentos diários dependem das distâncias entre a casa e a roça, e estas, do tempo de aproveitamento de cada sítio. Assim, por exemplo, um roceiro que está trabalhando há 3 anos num sítio ainda não muito explorado, informa que sua casa dista da roça 5 minutos a pé. Já um outro,, de 43 anos, que sempre trabalhou no local em que atualmente reside, falando sobre as distâncias das roças, disse-nos : **agora já está um pouco longe, é quase meia hora, mas antigamente era bem perto, do pasto (quintal) a gente enxergava (sic).**

Para realizar a extração do açaí, o roceiro percorre distâncias bem grandes, precisa utilizar canoa a remo e longas caminhadas pelas matas. Tivemos oportunidade de observar e entrevistar vários roceiros, na ocasião em que chegavam dessa atividade, quando declaravam que tinham saído de suas casas às 6 horas da manhã e só estavam podendo voltar às 17 horas, para realizarem a venda no entreposto. Na viagem de ida e volta gastavam cerca de 8 horas, devido à distância em que estavam localizados os açazais.

As 20 unidades familiares que constituem o foco central do estudo, encontram-se distribuídas linearmente em ambas as margens de um trecho do rio Atuí, sendo que entre seus sítios estendem-se espaços vazios. Todavia, entre essas famílias as relações econômicas e sociais são fortes, devido à própria forma de organização espacial e econômica, centrada sobre o entreposto comercial. Já com outros moradores, suas relações são esporádicas, dada a própria extensão do rio e também ao fato de estarem dependentes, uns e outros de grupos de vizinhanças e de entrepostos diferentes, onde são realizadas as respectivas transações comerciais. O contato com áreas mais afastadas do Município também é limitado, sendo que praticamente sua sede só é procurada por ocasião das "festas de santos", por questões administrativas, e, muito eventualmente, para a venda de produtos. No mais, utilizam o hospital da sede municipal, mas muito raramente.

As relações com o mundo externo verificam-se mais intensamente no entreposto, tendo como representantes os moradores do Município de Abaetetuba. Estes são intermediários que compram produtos agrícolas no Atuí e trazem bens manufaturados para vender ao entreposto, que também é um estabelecimento comercial. O contato com a população da Capital do Estado é realizado através de moradores do povoamento, que, no papel de intermediários, levam produtos para se-

rem comercializados em Belém. Essas relações serão tratadas quando abordarmos a circulação de produtos, tanto no mercado local como no mercado regional.

\* \* \*

O grupo do Mocajatuba é um núcleo mais recente, formado por roceiros imigrantes, que viviam antigamente nos povoados de Atué e Guajará, onde também trabalhavam na lavoura e no extrativismo. Antes da migração deles a estrada era apenas um espaço não habitado, havendo somente uma picada que ligava a cidade de Muaná a um local denominado Mocajatuba, onde funciona uma serraria, e também servia de passagem aos moradores residentes a oeste da cidade, onde passa o rio Cajuúba. Imigraram em 1963, após a eleição de um prefeito da cidade de Muaná, antigo comerciante e proprietário de terras nas margens do Guajará, que, sob pretexto de criação de novas áreas para agricultura, estimulou o deslocamento.

Os primeiros roceiros que chegaram para povoar os terrenos limítrofes da estrada eram pessoas que trabalhavam nas terras desse prefeito, sendo que depois foram chegando outros. Construíram suas casas e ao lado faziam roças, explorando as terras sempre em direção ao interior das matas. Assim, o núcleo foi se formando pela ocupação de terras que eram concedidas a esses roceiros, dispostas perpendicularmente e ao longo da picada, e continuando o alinhamento que vinha da cidade. À medida que as residências aumentavam, a picada ia se alargando, e transformando-se em estrada sempre acompanhando o traçado original.

Se, de um lado, o prefeito estaria colocando em ação um de seus planos, ou seja, possibilitar o desenvolvimento da agricultura numa área ligada à sede municipal, o que lhe permitiria reforçar o seu poder político, por outro, era a oportunidade que o roceiro tinha de morar na cidade e trabalhar em terras que, embora não lhe pertencessem, lhe facultariam certa autonomia em relação ao destino do produto de seu trabalho.

Ao cabo de um período de 12 anos de ocupação, a terra já se encontra esgotada, bem como o próprio limite da área concedida. Neste espaço somente é possível fazer, ao lado de suas residências, pequenas roças de 10 metros de largura por 20 metros de comprimento, que são denominadas "rocinhas". Atualmente, já estão explorando outra extensão de terra, também concedida pela Prefeitura Municipal, localizada ao norte da cidade de Muaná, num lugar denominado "Gomes", que fica a uma distância de duas a três horas de Mocajatuba, a pé e em canoa de remo. Esse local é utilizado só para a lavoura, pois con-

tinuam residindo onde inicialmente começaram o trabalho de agricultura, ao chegarem de seu lugar de origem. No início da semana o roceiro de Mocajatuba desloca-se para o "Gomes", onde tem um *tapiri* <sup>(15)</sup>, e trabalha durante seis dias, principalmente, por ocasião do preparo da terra, retornando à sua residência depois desses dias de trabalho. Contudo, e sempre no meio da semana, vem à sua casa uma a duas vezes, visitar a família e, freqüentemente, trazer mandioca para ser beneficiada.

A atividade econômica do núcleo do Mocajatuba é baseada fundamentalmente na agricultura do grupo doméstico. Das 17 famílias que formam esse núcleo, encontramos apenas dois casos em que um membro da família estava trabalhando no beneficiamento do palmito. No mais, praticam algumas vezes a pesca, por ocasião do "verão", e raramente a caça, e assim mesmo só para o consumo doméstico.

O núcleo está vinculado à sede do Município devido à utilização pelos roceiros, de serviços como hospital, escolas e estabelecimentos comerciais, nos quais não só vendem seus produtos, como grupo de vizinhança que se organiza linearmente beirando a estrada, constitui um núcleo semi-independente, cujas relações se intensificam pela própria necessidade de ajuda mútua no trabalho das roças e no beneficiamento da mandioca.

Verifica-se, assim, que as diferentes formas de utilização econômica do espaço pelos dois grupos estudados, Atua e Mocajatuba, condicionam não somente a forma de distribuição espacial dos roceiros, mas também suas relações de produção, as quais se definem, principalmente, pela forma de obtenção e uso da terra. Sobre este aspecto Bettelheim (1972: 19-20) discute o espaço das propriedades físicas e os efeitos sociais úteis das diversas produções.

## ATUA

### AGRICULTURA

No povoamento estudado em Atua, a propriedade e o uso da terra estão vinculados à posse, herança e compra. A primeira, obtida por concessão dos governos estaduais, em épocas diferentes; a segunda, passando de herdeiro a herdeiro, e a terceira, através da compra de títulos. Todavia, essas formas de obtenção são bastante confusas

---

(15) — Cabana coberta de palha, sem paredes, com um único espaço indiviso.

e só com dificuldade se podem esclarecer, conforme fica perfeitamente evidenciado a partir do trecho de história de vida que abaixo transcrevemos :

Eu não conheci meus avós, conheci minhas avós. Os meus avós vieram de Portugal. Eram solteiros e aqui casaram. Tiveram filhos aqui mesmo. Foram prá Portugal, prá mandar educar os filhos. Eles tiveram e receberam educação. Depois voltaram. Meus tios e meus pais. O meu pai morreu aqui mesmo e meus tios também. Vieram juntos com meus avós dois amigos aqui pró Atuí. Aqui chegaram e se colocaram, se **apossaram desses terrenos** e fizeram uma sociedade. Entraram numa união e **requereram do governo esses terrenos** e daí eles registraram com o nome de Portugal e cada um fez sua casa. O primeiro do meu avô era S. Cristóvão, do outro era Lisboa e o outro era Porto Rico. Esse terreno é meu porque meu pai comprou do **proprietário, mas dos herdeiros**, porque o dono não existia mais. Comprou a casa dos herdeiros e comprou uma parte do terreno. Acontece que a dona morreu e a herdeira não tinha passado a escritura. Então eu **comprei** esse outro quinhão e terminou. A mamãe comprou um e eu comprei outro. A mãe tinha falecido e eu comprei da filha e terminou essa parte mas continua comum, nunca foi dividida. Foi **passando de herdeiro para herdeiro**. E esse daí eu conheci a herdeira, não conheci o pai dela. Assisti até a morte dela. E os filhos que ela tinha eram três. Um já tinha falecido antes dela e os outros ficaram. Um morreu e o outro existe até hoje. Depois que a mãe morreu ele **começou a alugar a terra** para outros e trabalham na lavoura.

Meu pai morreu em 1935 e minha mãe ainda está viva. Mora em Belém e também recebe o aluguel de suas terras. Ela aluga pró Zé meu marido. Meus pais começaram a trabalhar no Porto Rico e nós acompanhamos no trabalho da lavoura (sic).

Diante dessas declarações e de outros dados coligidos pode-se argumentar que, no povoamento do Atuí, posse, herança e compra geraram várias formas de apropriação da terra, que se manifestam nas relações de produção entre proprietários e não proprietários. Essas relações apresentam bastante complexidade econômico-social, tornando-se difícil estabelecer tipologias. Todavia, em função da posição mais definida que o indivíduo ocupa dentro do sistema de relações de acesso à terra, é possível distinguir no Atuí as seguintes categorias :

- |                  |                          |
|------------------|--------------------------|
|                  | 1.1 — Absenteísta        |
| 1. Proprietários | 1.2 — Local <sub>1</sub> |
|                  | 1.3 — Local <sub>2</sub> |
| 2. Rendeiros     |                          |

O proprietário absenteísta não exerce atividade direta na terra, mas sim indiretamente, através de arrendamento que faz com o proprietário local<sub>1</sub>, ficando este último com a responsabilidade de administrar as terras arrendadas do absenteísta. O acerto de arrendamento entre

ambos dá-se por meio de um contrato verbal, no qual fica estabelecido que, como pagamento da renda da terra, o proprietário local<sub>1</sub> terá que pagar 20% do dinheiro resultante da venda dos produtos obtidos nessas terras. Além disso, na qualidade de arrendatário, o proprietário local<sub>1</sub> pode subarrendar as terras a outras pessoas. Os dois proprietários absenteístas relacionados a este grupo local, possuem terras que variam em extensão e na forma de distribuição, pois, um deles tem 500 ha reunidos numa única extensão contínua, enquanto que o outro, embora dono de 817,17 ha, os tem dispersos em várias parcelas por diversos locais. Essas parcelas vão desde as mais pequenas, com 27,2 ha até outras de consideráveis tamanhos, como a maior, que alcança 360 ha<sup>(16)</sup>.

O proprietário local<sub>1</sub>, é aquele que, além de ser comerciante, participa da exploração de suas terras diretamente, através da força de trabalho de seu grupo familiar e, indiretamente, por meio de arrendamento. Além de arrendar as terras que lhe pertencem, subarrenda as do absenteísta, por ele tomadas em arrendamento, conforme já foi colocado. Esse tipo de proprietário, dentro do sistema das relações de produção, assume vários papéis, inclusive, o de intermediário, quando arrenda e subarrenda as terras do absenteísta, ou funciona como comerciante. Aquele com que entramos em contato demorado tem, de seus, 600 hectares de terra.

Quanto ao proprietário local<sub>2</sub>, participa ativamente da exploração das terras que possui junto com seu grupo familiar, sendo algumas vezes obrigado a complementar essa mão-de-obra com nova força de trabalho, obtida fora de seu próprio grupo familiar imediato. Há duas maneiras de o fazer: a primeira, convidando amigos ou parentes para o trabalho de mutirão, em que a forma de retribuição é pela troca de dias, ou seja, por uma contraprestação equilibrada da força de trabalho obtida; a segunda, pela contratação de assalariados diaristas, pagos de acordo com o salário mínimo regional e, com os quais, ao contrário do que acontece com a troca de dias, o vínculo contratual cessa logo após a realização do trabalho e do respectivo pagamento. Esse tipo de indivíduo é o que possui menores extensões de terra, ou seja de 4,5 a 64 hectares.

---

(16) — Verifica-se que há uma certa correspondência entre as áreas e a forma de aproveitamento econômico que o proprietário lhes dá. A propriedade de estrutura fragmentária encontra-se, em Atua, na lavoura e no extrativismo. Contrastando com eles, há propriedades dedicadas à pecuária extensiva na zona de campos, cujas extensões contínuas chegam a alcançar, no caso mais extremo, 3.058 ha, sendo esta por sinal a maior propriedade de todo o Município de Muaná.

O rendeiro é o roceiro que paga renda pelo uso da terra, onde desenvolve atividades tanto de lavoura como de extrativismo. Essa renda é paga em produto e, além disso, o rendeiro fica comprometido a vender sua produção somente ao arrendatário-proprietário local<sub>1</sub>. Esse contrato entre ambos não é escrito, limitando-se apenas a um acerto verbal. Ao mesmo tempo, aparece como assalariado ao vender sua força de trabalho ao proprietário local<sub>2</sub>; essa sua nova posição se explicaria pela própria relação de troca estabelecida por força do sistema de aviamento, que só dificilmente lhe permite ter acesso à moeda necessária para a aquisição de bens não obtidos através dele, como instrumentos de trabalho, vestuário e satisfação de necessidades eventuais. Observar no trabalho de Santos (1972) as diversas categorias de trabalhadores agrícolas.

Esquemáticamente, as posições básicas no interior de cada subcategoria poderiam assim ser agrupadas :

- |  |                              |
|--|------------------------------|
| 1. Absenteísta .....                     | proprietário                 |
| 2. Proprietário local <sub>1</sub> ..... | proprietário<br>arrendatário |
| 3. Proprietário local <sub>2</sub> ..... | proprietário<br>assalariado  |
| 4. Rendeiro .....                        | rendeiro<br>assalariado      |

A partir daí poder-se-ia pensar numa categoria ampla de proprietários (absenteísta, local<sub>1</sub>, local<sub>2</sub>) que guardariam diferenças internas, mas manteriam a posição predominante de proprietários, ou seja, o absenteísta é apenas proprietário que arrenda ao segundo (local<sub>1</sub>) suas terras, recebendo renda; logo, o proprietário local<sub>1</sub>, além de proprietário, também se caracteriza como arrendatário; enquanto o último (local<sub>2</sub>), é apenas um proprietário que não arrenda suas terras e que, esporadicamente, pode vender sua força de trabalho individual, sendo classificável como proprietário/assalariado.

Numa outra categoria estaria o rendeiro, que não tendo a propriedade da terra, a arrenda do proprietário local<sub>2</sub> e também vende regularmente sua força de trabalho, dessa forma se caracterizando como rendeiro/assalariado.

Verifica-se assim, que a única fonte de energia de que os roceiros dispõem para agir sobre o ambiente, é a sua própria força de trabalho e a de seu grupo familiar. É mediante a utilização de instrumentos como machado, enxada e terçado, que eles agem modificando o ambien-

te, através das várias fases de trabalho relacionadas com o tipo de agricultura extensiva e itinerante. Estas fases se distribuem ao longo do processo de cultivo da terra para as plantações principais — banana e mandioca — e as consideradas secundárias, como abóbora, milho, melancia, maxixe e abacaxi.

Firth (1974: 150) resumindo os principais traços da economia camponesa diz que **a simplicidade relativa da tecnologia, com pouco uso de maquinária denota ausência de um alto grau de especialização econômica.**

\* \* \*

O trabalho das roças, inicia-se com o desmatamento, que inclui quatro operações principais: roçagem, derruba, queimada e coivamentamento. Estas etapas ocorrem durante os meses de julho, agosto e setembro, meses considerados de “verão”.

A primeira consiste em eliminar com terçado as plantas rasteiras, os cipós, os arbustos e as árvores, o que vem facilitar o seu abate posterior, ao mesmo tempo que clareia a floresta. A derruba, é o corte a machado de todas as árvores maiores. Essas são derrubadas uma a uma, procurando-se dirigí-las na queda para os lugares mais adequados, de maneira a se conseguir a melhor distribuição possível dos troncos e das copas sobre o solo, para garantir, desde logo, a realização de uma boa queimada. A medida que as árvores caem cortam-se suas ramagens, técnica essa que denominam “rebaixamento”. Sua finalidade principal é proporcionar melhores condições para o desenvolvimento do fogo. Essas duas primeiras etapas de preparo do solo levam aproximadamente 20 dias, variando, contudo, em função do tamanho das roças e do número de trabalhadores.

Passados quarenta e cinco dias, mais ou menos, da derruba, os troncos tombados e as folhagens já se encontram secos, iniciando-se então a queimada. Ateia-se o fogo quando a vegetação está com o mínimo de umidade, sendo necessário que não tenha chovido desde há pelo menos três dias.. Segundo informações dos roceiros, nos meses mais secos do ano as folhas e as ramagens que estão sobre o solo criam condições favoráveis à propagação do fogo, com riscos de incêndio. Após a queimada, restam apenas os troncos mais grossos e algumas ramagens esparsas.

Lima (1956: 72-73) discute os efeitos da queimada dizendo que essa técnica acarreta profundas modificações na vegetação e no solo. **Destroi grande parte dos troncos e ramas, a manta e as sementes das essências florestais, fazendo baixar o nível ecológico do meio ambiente de ano para ano, a medida que o fogos e repete.** Além disso, diz o autor

com a queimada e a exposição do solo, o humus desaparece rapidamente, diminuindo ainda mais o baixo poder de retenção da terra arenosa, e as chuvas torrências se encarregam de dissolver os sais solúveis ou tornados solúveis pela ação do fogo, os quais, por percolação, se infiltram até as camadas mais profundas do sub-solo, ficando fora do alcance do sistema radicular superficial das culturas de subsistência. Assim se explica porque a produção sempre baixa a partir do segundo ano de plantio nas terras arenosas.

A quarta etapa, ou seja o coivaramento, consiste em empilhar as ramagens e os galhos queimados, para uma nova queima. Esses pequenos montes recebem o nome de "coivara", sendo que a finalidade do coivaramento é limpar melhor a área para receber o plantio, tarefa essa realizada, geralmente, por um único homem. Todavia, nem tudo ocorre conforme os planos e a vontade do roceiro. Há ocasiões em que o "inverno" se antecipa e as chuvas caem violentamente antes da data prevista para a queima, ou então, depois de vários dias de seca-gem, acontece chover de surpresa, momentos depois do ateamento do fogo. Quando isso acontece a roça não queima completamente, ficando apenas "sabrecada", o que implica em maior dispêndio de trabalho e tempo, em virtude da exigência de uma nova queima. Esta situação pode ser exemplificada pela declaração do roceiro R. — **se a chuva chega sem avisá e estamos fazendo a queima está tudo perdido, é mais trabalho prá nós, o inverno agora está chegando mais cedo, não sei o que está havendo com o tempo, é tudo misturado, inverno/verão...**

Uma vez completado todo o processo de preparação da terra inicia-se o plantio, feito logo após as primeiras chuvas de outubro e prolongado até janeiro. Não há utilização de fertilizantes, e no combate às saúvas emprega-se raramente inseticidas como DDT ou nitrozin.

O agricultor de Atuí quase tem sempre três roças, raramente duas, variando o tamanho de 20 x 20 braças<sup>(17)</sup> até 100 x 100 braças. Geralmente, uma roça é plantada e replantada de três a quatro vezes, sendo que a primeira capina é feita logo após o plantio inicial. Isto significa que depois da queima até o plantio, há tempo para que a vegetação se reconstitua.

O plantio da banana é realizado em "terras virgens"<sup>(18)</sup> ou em capoeirões que ficaram 10 anos em pousio. Ocorre no mês de outo-

---

(17) — 1 braça mede aproximadamente 2,20 m.

(18) — Sioli (1970 : 29), colocando o problema sobre as áreas derrubadas, diz que depois de 30 anos somente um botânico pode reconhecer pela composição específica, não pelo aspecto florestal, que se trata de uma capoeira e não de mata virgem.

bro, quando as mudas, trazidas de roças já em vias de abandono (após três anos de utilização contínua), são colocadas em covas profundas e parcialmente cobertas com terra solta, ficando um palmo a descoberto, durante um mês, para permitir a mais rápida "brotação". A colheita tem início após um ano, sendo que os cachos são cortados de 15 em 15 dias.

Quanto a maniva, a que se destinam apenas terras de capoeira, seu plantio começa a partir de novembro ou dezembro, consorciado com a melancia, milho, abóbora, maxixe e abacaxi. Estes últimos ficam nos espaçamentos entre a maniva, medidos com um passo pelo roceiro, do que resultam distâncias de 1m x 1m. O caule da maniva é cortado em pedaços de 10 cm aproximadamente, com cerca de 3 a 4 nódulos; esses pedaços são colocados em buracos cavados com enxada, em posição voltada para o nascente, e fechados com terra solta. Utilizam-se dois processos: cortar os talos e plantar imediatamente no momento de colher as raízes, ou então, enterrar os talos para serem plantados depois de 1 mês. É interessante observar, que neste caso, apenas se consideram como aproveitáveis os talos que uma vez cortados expõem o "leite", o que constitui para o roceiro a certeza de que a planta "vingará".

A colheita da mandioca é feita a partir de 1 ano, havendo porém casos em que tal se dá até com 9 meses, e isto quando o roceiro só dispõe de duas roças e as necessidades de consumo não permitem que se complete o ciclo de maturação. Durante todo o ano colhem com a frequência de uma a duas vezes por semana.

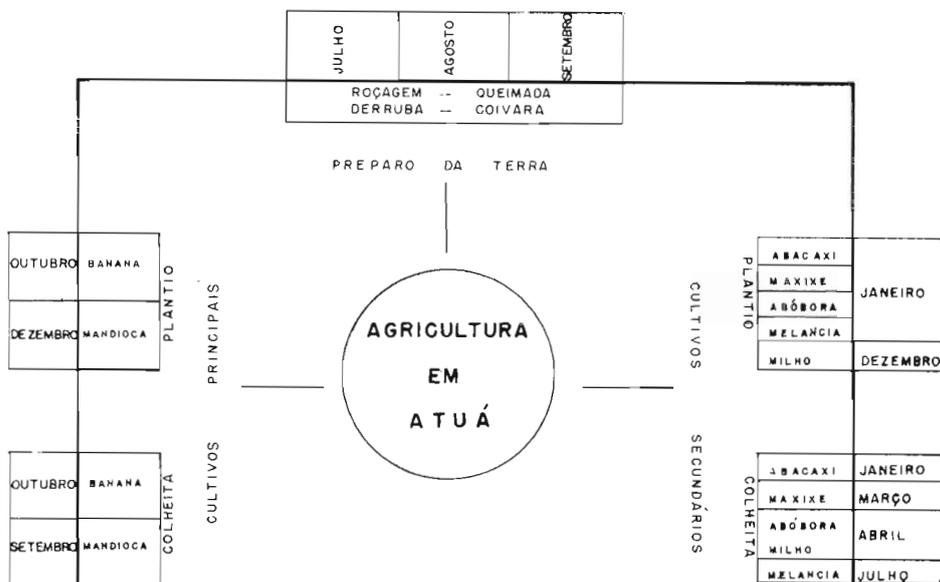
Os cultivos secundários, em geral, tem ciclo mais curto — a melancia é colhida com 6 meses e de forma gradativa, o milho com 4 meses, semanalmente, a abóbora com 3 meses, aproximadamente de 15 em 15 dias, o maxixe com 2 meses, e de 3 em 3 dias; enquanto o abacaxi se colhe com 1 ano, quinzenalmente (Quadro 1).

A época da colheita está condicionada por vários fatores, principalmente, a incidência de pragas nas plantações. A maniva é atacada muitas vezes pelas saúvas, que devoram suas folhas, provocando o definhamento ou a morte das plantas novas: **aqui nós temos uma perseguição nas plantas, o negócio das saúvas** (sic.). Por outro lado, o aparecimento de uma doença, "febre" segundo os roceiros, impedindo o crescimento dos cachos de bananas, tornou-se um problema: **a gente faz um roçado de banana e antes da cachia começa a dar a doença. Olhe meu bananal, já estava tudo cachiando, aí a doença chegou e acabou tudo**. Esse tipo de depoimento foi constante nas entrevistas e comprovado nas diversas visitas às roças.

A organização do trabalho baseada na divisão por sexo está condicionada à execução das atividades próprias a esse tipo de agricultura extensiva e itinerante. Na realidade, porém, essa divisão é bastante flexível, podendo o homem realizar uma atividade considerada feminina ou vice-versa. Há, contudo, tarefas exclusivamente masculinas como a roçagem, derruba, queima e coivaramento.

O plantio é feito por ambos os sexos, mas a colheita define-se de acordo com o tipo de cultivo, como atividade masculina e/ou feminina. No caso da banana, o plantio é realizado por homens e mulheres, mas a colheita dos cachos e seu carregamento para o entreposto comercial são atribuições exclusivamente masculinas. Quanto à mandioca, a colheita e o carregamento dos tubérculos para serem beneficiados são executados pelos homens, enquanto que o plantio e a capina são realizados por qualquer um dos sexos. Finalmente, os cultivos secundários realizados em conjunto com o da mandioca, são plantados e colhidos por homens e mulheres, indiferentemente.

No beneficiamento da mandioca há tarefas próprias para cada sexo. Homens, mulheres e crianças encarregam-se do descascamento das raízes que, antes de raladas são lavadas pelas crianças. Os homens ocupam-se das tarefas consideradas pesadas, como cortar e car-



Quadro 1 — Calendário das atividades agrícolas de Atua

regar lenha para o forno<sup>(19)</sup>, mover o *caititu*<sup>(20)</sup> e a pá no torramento da farinha e também colocar a massa no *tipiti*<sup>(21)</sup>. As mulheres encarregam-se de por a mandioca dura para ser ralada no *caititu*, da mistura desta com a mandioca mole ou *puba*<sup>(22)</sup> e também do peneiramento da massa com auxílio das crianças.

Determinadas tarefas podem ser realizadas ao mesmo tempo por ambos os sexos através de substituições. Assim, por exemplo, quando o chefe da família ou o irmão mais velho, está movendo o *caititu*, as crianças dos dois sexos sempre ajudam, assim como por ocasião do torramento e cozimento, a mulher substitui o marido ou o filho, devido ao excesso de tempo que essa tarefa exige, de exposição ao calor. Por exemplo, uma fornada de 1 alqueire ou seja 30 kg de farinha, para atingir o ponto considerado ideal, requer o dispêndio de 3 h (Quadro 2).

Internamente, a divisão do trabalho é determinada pela composição do grupo doméstico do roceiro, o que, por sua vez, implica em maior ou menor volume de produção. A medida que os filhos crescem e passam a participar do processo econômico, a produção tende a aumentar, devido a maior força de trabalho disponível e efetivamente utilizada. O aproveitamento da mão-de-obra começa a partir dos 7, 8 anos de idade, e, dificilmente, se exige que uma criança trabalhe antes de completar essa idade.

Fora do âmbito do grupo inclusivo, como já vimos, há um sistema de cooperação mútua pela "troca de dias" entre os vários grupos domésticos, sistema esse que tende a ser mais acentuado entre aqueles ligados por vínculos de parentesco e, especialmente, próximos uns aos outros. Isto, entretanto, não exclui a possibilidade de cooperação e mesmo de relações contratuais de trabalho entre grupos não aparentados, embora mais ou menos vizinhos. Neste quadro social Firth (1974 : 152) diz que **a organização da produção tende a basear-se não apenas em um sistema de recompensas monetárias, onde o dinheiro é usado para trocar, . . . mas uma relação de produção muitas vezes é uma faceta de uma relação social.**

Em geral quando há necessidade de maior número de braços, o que se verifica por ocasião da roçagem e derruba, os parentes são

(19) — Tacho de cobre circular, preso ao solo por 6 paus de madeira forte.

(20) — Aparelho em que é ralada a mandioca. É também conhecido pelo nome de *tarioca*. Tem lâminas cortantes e denteadas.

(21) — Cesto cilíndrico e extensível de palha, em que se coloca a mandioca para espremer. A extensão reduz o diâmetro do cilindro e expulsa o líquido tóxico.

(22) — É a que fica imersa num poço durante 7 dias. O poço é um buraco cavado num *igarapé* e utilizado como lugar de maceração.

solicitados a colaborar. O roceiro B explica como funciona este sistema de cooperação entre parentes no Atuaú: **nessa roça quem trabalhou fui eu, meu cunhado e o meu sobrinho e contratei um trabalhador que paguei Cr\$ 12,00 com o direito de uma refeição. Quando acabar eu vou trabalhar no roçado de minha irmã para pagar o que eles fizeram comigo... não preciso convidar vizinhos, fica tudo na família... aqui os parentes sempre se ajudam (sic).**

Pode-se concluir, portanto, que a partir do momento em que o roceiro recebe o trabalho de outro, estabelece-se um compromisso de retribuição, que deverá ser cumprido na mesma proporção. Só casos de doença justificam um roceiro não retribuir os dias de trabalho que recebeu de seu parente ou de seu vizinho.

Service enfatiza que o papel dessas trocas de bens, favores e trabalho entre pessoas dentro de uma sociedade... **assume uma forma geral que foi denominada de reciprocidade, a qual pode ser decomposta em três variedades: reciprocidade generalizada, equilibrada e negativa (1927: 27-28).** Entre os roceiros há o tipo de reciprocidade equilibrada, que implica numa troca direta e explícita que é (idealmente) satisfatória para ambas as partes em termos de bens ou atos (ibid).

ATIVIDADES	P R O D U T O S																		
	MANDIOCA		BANANA		ABÓBORA		MAXIXE		ABACAXI		MELANCIA		ARROZ		MILHO		AÇAI		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
PREPARO DA TERRA	X		X		X		X		X		X		X		X				
PLANTIO	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
COLHEITA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
CAPINA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
TRANSPORTE	X		X		X		X		X		X		X		X				
EXTRAÇÃO																			X
BENEFICIAMENTO :																			
DESCASCAMENTO	X	X																	
LAVAGEM	X	X																	
CORTE E CARREGO																			
DE LENHA	X																		
MOVIMENTAÇÃO DO																			
CAITITU	X	(X)																	
MOVIMENTAÇÃO DA																			
PÁ	X	(X)																	
COLOCAÇÃO DA MASSA																			
NO TIPITI	X																		
COLOCAÇÃO DA RAIZ																			
NO CAITITU		X																	
MISTURA DA MASSA		X																	
RAIAMENTO		X																	

Quadro 2 — Divisãc de trabalho

Atendendo-se para a produção agrícola, deve-se em princípio, considerar os fatores condicionantes que podem levar a uma maior ou menor produtividade. Independentemente do esforço investido por cada unidade de produção, há fatores que interferem de forma determinante no resultado final — períodos de chuvas ou estiagem e incidência de pragas nas plantações podem redundar em prejuízos. **No meu roçado de banana de 50 x 50 braças, no ano passado eu plantei 3 mil filhos de banana, mas só cortei 300 cachos, antigamente eu chegava até cortar 500 ou 600 com essa mesma roça, mas agora não, com essa doença a gente sempre tem prejuízo** (sic). Tal depoimento ilustra bem as limitações impostas às atividades do roceiro.

Ao mesmo tempo, devemos considerar o nível de fertilidade do solo, que interfere na produtividade e qualidade de produção, variando conforme as roças sejam feitas em terras "virgens", capoeira ou capoeirão. Nas capoeiras, pelo menor tempo de pousio do solo, a produção tende a ser inferior àquelas obtidas em terras "virgens" ou capoeirões, verificando-se também a queda de volume da colheita depois do primeiro plantio.

Aliado a isso, é preciso atentar para a disponibilidade de outros fatores de produção — controle ou não da propriedade da terra, composição da mão-de-obra familiar, possibilidade de sua complementação pela troca recíproca de dias de serviço, e/ou pelo emprego do trabalho assalariado (Cf. Marx, 1969: 29-33).

Entre os roceiros, 55% das vinte famílias estudadas detêm, efetivamente, a propriedade e o controle da terra, que, apenas com exceção do PL<sub>2</sub> que também utiliza a mão-de-obra assalariada, é cultivada pelos membros de cada grupo doméstico. Mantém assim o roceiro/proprietário autonomia de decisão sobre o produto resultante do trabalho da sua unidade de produção, não estando limitado a quaisquer vínculos prévios. Já os rendeiros, que constituem 45% do universo pesquisado, arrendam a terra, numa proporção correspondente em área à capacidade do seu grupo doméstico, proporção esta calculada para, eventualmente, lhes permitir a venda da força de trabalho individual. Ao arrendar, transferem o controle da produção ao arrendatário — proprietário local, em face do compromisso contratual existente.

Este compromisso assume formas diversas, a depender do tipo de roça. Quando de banana, o arrendatário-proprietário local, recebe um terço da produção sob a forma de produto, enquanto que os dois terços restantes, uma vez retirada a parte para o consumo do grupo doméstico do rendeiro, também lhe são transferidos, assumindo o pro-

prietário local<sub>1</sub>, nesse momento o papel de comerciante, que paga a mercadoria recebida também em produtos — (querosene, sal, açúcar, sabão, café, fósforo, bolacha, peixe salgado, enlatados diversos). Desta forma, pode-se definir como renda da terra em produto, a terça recebida pelo arrendatário, o que leva necessariamente à extensão do compromisso, pela relação de troca que se estabelece, provocando o reforço do contrato de arrendamento, uma vez que o comerciante fica sempre com saldo a seu favor.

Já em se tratando da roça de mandioca, combinada com outros produtos, o rendeiro paga o arrendamento da terra plantando uma terça para o arrendatário — proprietário local<sub>1</sub>, e no momento do beneficiamento dela se encarrega, em troca de 20% sobre o total de farinha obtida; tal percentagem equivalendo, a nosso ver, a um salário pago pelo uso de sua força de trabalho.

Nota-se assim que, ao arrendar a terra do absenteísta, ao qual paga uma renda de 20% em dinheiro apenas da produção da banada, o arrendatário assume o papel predominante de comerciante, que lhe possibilita acumular capital e estabelecer uma relação de exploração e dominação. Como se vê, do terço cobrado ao rendeiro, transmite ao absenteísta apenas 20% e retém para si, portanto, 13%. Além disso, ao controlar também o meio de transporte (barco), detém o controle virtual de todo o sistema econômico, ficando na sua dependência, também, o escoamento para Belém e Município de Abaetetuba, da produção de banana do proprietário local<sub>2</sub>, cobrando à base de um cruzeiro o frete por cada cacho. O mesmo acontece com o transporte de pessoas, geralmente pouco freqüente, à razão de trinta cruzeiros por passagem.

Em torno do barco instala-se, ao mesmo tempo, uma rede periférica de relações econômicas secundárias, mantida pelos filhos do proprietário local<sub>1</sub>. O mais velho, que é o condutor, traz para seus irmãos, sob forma de encômenda, toda sorte de mercadorias como roupas, perfumes, balas, para serem comercializadas no entreposto, em certos casos graças, inclusive, a um pequeno sistema de crédito.

No tipo de roça padrão de 50 x 50 braças o produtor obtém 80 a 100 alqueires de farinha, ou seja, de 2.400 a 3.000 quilos, dos quais 70% se destinam ao consumo doméstico e o restante ao mercado local. É interessante notar que no momento do beneficiamento da mandioca o roceiro que não dispõe de "casa de farinha", — pois só há duas delas — precisa pagar pela sua utilização. De cada 30 quilos, ou seja, 1 alqueire, retira 2 quilos de farinha para o dono desse meio de produção e define essa parte como pagamento de seu aluguel. Os cultivos

secundários, pela sua característica local de produtos de consumo que não se destinam ao mercado, com exceção da abóbora, não permitem ao produtor definir o seu volume médio de produção. Das roças de bananas, por sua vez, também com 50 x 50 braças, retiram-se 300 cachos, dos quais apenas uma pequena quantidade é retirada para o consumo do grupo doméstico.

A distribuição da produção é realizada em três níveis: grupo doméstico, mercado local e mercado regional. O entreposto encarrega-se da distribuição nos dois últimos níveis, uma vez que quase toda a produção para aí converge.

A farinha, cuja produção total é baixa, circula apenas no interior do subsistema. O produtor entrega-a ao entreposto ao preço de um cruzeiro e quarenta centavos o quilo, passando então a ser vendida à razão de dois cruzeiros. A banana, ao contrário, é dirigida ao mercado regional (Belém e Abaetetuba), com maior ênfase para o último. É vendida ao entreposto a cinco cruzeiros o cacho, sendo que chega ao consumidor de Abaetetuba a dez cruzeiros e ao de Belém a trinta ou quarenta cruzeiros. Dos cultivos secundários, apenas a abóbora é comercializada, chegando até à sede do Município pelo preço de sessenta centavos o quilo, mas só é levada muito raramente, quando o roceiro (PL<sub>2</sub>) vai tratar de algum assunto na cidade.

Como se vê, Belém e Abaetetuba são os mercados que se relacionam diretamente com o povoamento de Atuaú. Desses dois locais vêm gêneros alimentícios e bens manufaturados, que chegam ao povoamento ou através dos intermediários, localmente denominados de "marreteiros de Abaeté", ou por meio do barco do PL<sup>(23)</sup>. Os primeiros, utilizando como meio de transporte as "bajaras" ou "buficas", ao mesmo tempo que trazem as mercadorias e as vendem ao entreposto, compram os produtos locais para serem revendidos em Abaetetuba (Quadro 3).

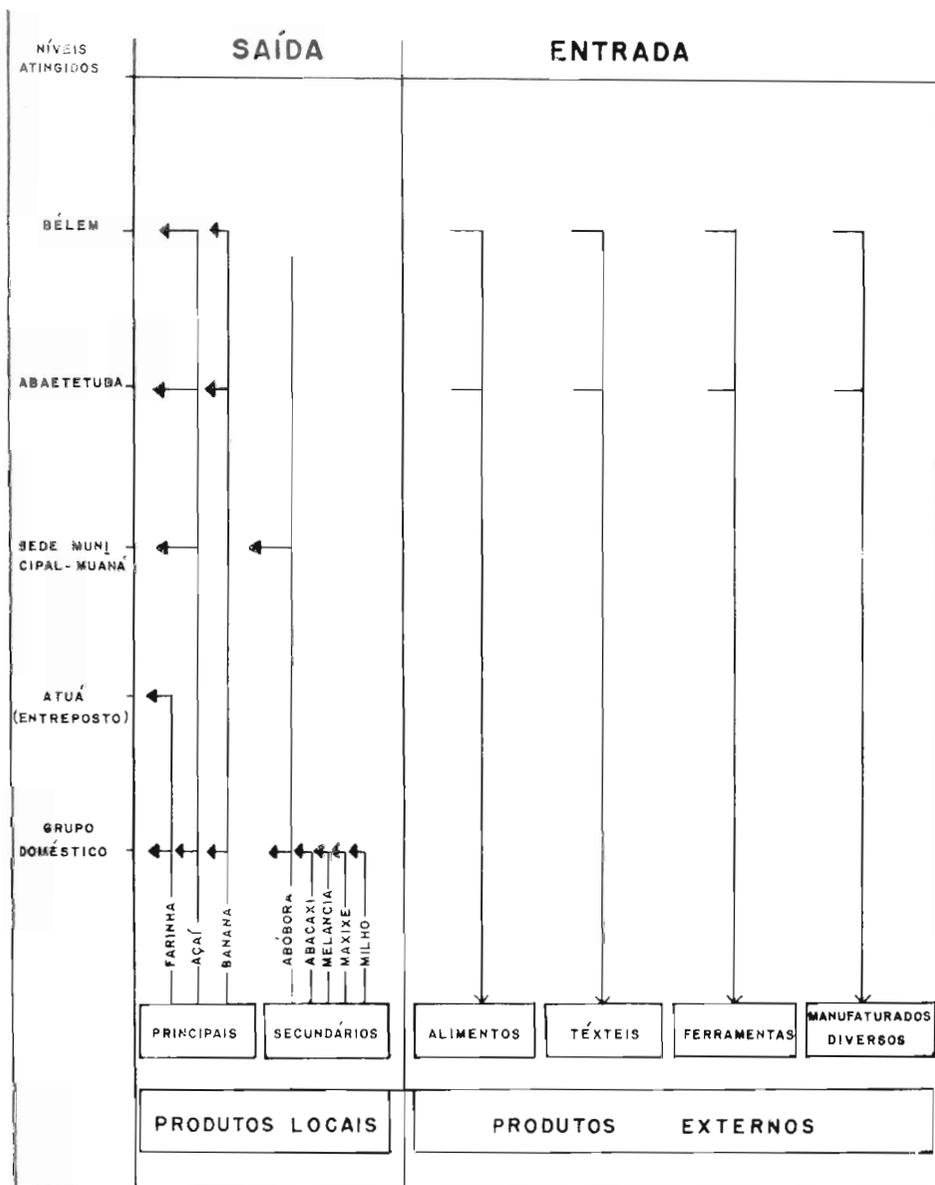
Desta forma, Muaná, embora seja a sede municipal, não tem maior significação econômica para Atuaú<sup>(24)</sup>. Isto se deve ao fato de

---

(23) — Há o caso de um proprietário local que possui barco e conduz a sua produção para ser vendida diretamente em Belém. Não sendo comerciante, não traz mercadorias para revender em Atuaú. Funciona também como meio de transporte para as pessoas que se localizam às margens do rio Atuaú.

(24) — Dá-se neste ponto, o mesmo caso de Itá (Wagley, 1957): os limites e relações de ordem política administrativa não coincidem com as relações econômicas sociais concretas. São, antes, a aplicação sobre o local de um padrão elaborado fora, e sem relação concreta com a situação local.

ser um mercado com pequena capacidade de absorção, onde os produtos não atingem os preços alcançados em Abaetetuba e Belém.



Quadro 3 — Destino e origem imediata de mercadorias — Atua

## EXTRAÇÃO DO AÇAÍ

O açaizeiro é uma palmeira nativa, localizada ao longo dos rios, nos terrenos de várzea alta e de terra firme. São nestes últimos que se acham situados os açazais no Atuí, predominantemente, no interior das matas.

A extração do açaí é uma atividade praticada, principalmente, durante o período de estiagem, realizando-se com menor intensidade na época das chuvas. Por ocasião da extração o roceiro, geralmente, em companhia de dois filhos menores, desloca-se para dentro das matas, ficando a roça aos cuidados de outros membros do grupo doméstico. Em nenhum momento se descaracteriza como roceiro, auto — definindo-se, inclusive, como agricultor que também extrai açaí. Assim sendo, o trabalho de extração pode ser considerado como uma extensão da atividade agrícola, importante para o consumo alimentar e como produto de mercado, que tende, crescentemente, a preencher o papel anteriormente desempenhado pela banana, cuja produção se tem tornado nos últimos anos pouco significativa, por motivos já expostos anteriormente.

Em geral, é às 6 horas da manhã que se inicia a jornada de trabalho, com a saída para os açazais que, pelo seu grande afastamento dos locais de moradia, exige um grande percurso que se faz de canoa a remo e a pé. Tentando encurtar as distâncias, as canoas “varam os igarapés” até a entrada das matas e são aí deixadas, começando-se então a caminhada pelas picadas até atingir o local de extração. Os meninos entre 10 a 12 anos de idade sobem nas árvores, com *peconha* <sup>(25)</sup> nos pés, e cortam os cachos com um pequeno terçado, trazendo-os para baixo, um de cada vez; em seguida o adulto debulha o cacho, pondo o fruto no paneiro. Embora a mão-de-obra infantil seja muito utilizada no corte, isto não implica na não realização desta operação pelo adulto. Uma vez derrubados todos os cachos cortados, o adulto transporta o paneiro às costas, suspenso à testa, até o igarapé, onde os espera a canoa que os conduz ao entreposto. Nesta operação são dispendidas 8 horas, das quais, 1 hora no transporte do carregamento desde o centro das matas, até ao igarapé (Quadro 2).

Reservada a quantidade necessária para o consumo do grupo doméstico, o rendeiro paga os 20% do arrendamento e entrega ao pro-

(25) — “Laço de corda ou de embira preso ao tronco das árvores sem ramos, para nele se colocarem os pés a fim de subir” (Cf. Ferreira, 1975 : 1062). Os meninos que cortam os cachos dos açazais, são chamados de “peconheiros”.

prietário local, a parte restante, que, tal como no caso da banana, lhe é paga também em produtos e algumas vezes em moeda. O rendeiro B caracteriza bem o tipo de relação que mantém com o arrendatário — **a gente é mesmo que se um criado dele (patrão), cada homem (rendeiro) traz 5 latas de açaí na cabeça, andando a pé por meio de barradas lamacentas, bichos e estrepes. Tem 14 quilos cada lata e quando a gente chega ainda vai comprar a conserva ou peixe salgado prá comer. Difícil a gente vê dinheiro. Tudo fica na compra da despesa, que ele (patrão) vende tudo caro. Se a gente tivesse dinheiro ia comprá em outro comércio, saía mais barato** (26). Depois ele vai vendê prô cabloco de Abaeté (Abaetetuba) (27) a doze cruzeiros a lata quando tem fartura (“safra”) e a vinte cruzeiros quando o açaí está escasso (“entressafra”) (sic).

Embora muito pouco freqüentes, há casos do rendeiro efetuar a venda diretamente aos intermediários (“marreteiros de Abaeté”), o que implica em desavença com o arrendatário — proprietário local, que nestes casos o costuma ameaçar de não mais lhe arrendar terra. Tivemos oportunidade de observar um desses desentendimentos, quando o “patrão” ameaçava o rendeiro, ao mesmo tempo em que se ressentia da “falta de consideração”, sempre negada pelo segundo que se defendia, afirmando não haver desobedecido o trato. Todavia, não registramos nenhum caso concreto em que o rendeiro, por tal motivo, tivesse que abandonar a terra.

O Pl<sub>2</sub>, por não estar condicionado a qualquer tipo de compromisso, vende diretamente aos intermediários ao preço do mercado local, ou seja, Cr\$ 12,00 a lata na época da “safra” e Cr\$ 20,00 na “entressafra”.

Em época de “safra”, os proprietários que possuem barco levam o açaí para Abaetetuba e/ou Belém, cobrando o frete de Cr\$ 2,00 por lata quando transportam carga alheia, embora, normalmente, prefiram comercializar no local com os intermediários. Estes, então, fazem o açaí chegar a Abaetetuba, que é o seu mercado principal.

Só em época considerada como de boa “safra” o açaí é levado, em pequena quantidade, para a sede municipal, através do proprietário local<sub>2</sub>, quando este para lá se dirige para resolver qualquer assunto.

(26) — Ver Oliveira (1964), na questão do acesso diferencial a moeda, das partes, dos “índios de rio” e “índios de igarapé”. Aqui, em Atua, o rio parece funcionar como igarapé, na medida em que o entreposto funciona na como barracão. A posse da embarcação e de um certo capital se coloca também no mesmo sentido que a localização geográfica e a posse de capital pelos controladores do seringal. A dívida é geradora da própria dívida.

(27) — Quando este vem ao Atua.

## MOCAJATUBA

### AGRICULTURA

Como vimos na parte relativa à organização espacial, Mocajatuba é um núcleo formado por roceiros que imigraram dos povoados de Atua e Guajará e ocuparam terras concedidas pelo prefeito da época (1963), sem especificação de prazo máximo de ocupação. É na situação de ocupantes que ainda hoje se encontram, tendo apenas havido a mudança dos sítios de roças para outra área, ficando Mocajatuba como local de moradia e de pequenas roças. Portanto, a sua situação é bem diferente daquela do povoamento de Atua, no que se refere à forma de acesso à terra, o que implica em variações na organização desse subsistema.

Toda a área das roças já foi desmatada, utilizando-se atualmente as capoeiras e os capoeirões, onde lavram, também, contando só com a força de trabalho das unidades familiares, e com o mesmo tipo de instrumental do roceiro do Atua (terçado, machado e enxada).

Cada roceiro possui duas roças localizadas no "Gomes", de 25 x 25 braças e mais a "rocinha" de Mocajatuba.

As duas primeiras são preparadas para o plantio, através de um sistema de rodizio pela "troca de dias", em que todos os homens participam, organizados em pequenos grupos de cooperação. No fim do preparo inicia-se o plantio, realizado, individualmente, por por cada roceiro com o auxílio dos filhos de sexo masculino. O depoimento de um dos roceiros mais antigos da área pode exemplificar esta situação: **aqui nós somos quatro : eu, P., A., e o compadre R., trabalhando nesse serviço de preparo do terreno. Como o recurso é pouco então nós fazemos isso : nós trocamos de dia de serviço. Um dia eu vou para o compadre R., no outro eu vou para o do P., e assim a gente vai fazendo, até que eles também vêm no meu, e assim nós vamos fazendo, até que a terra fique pronta. Embora que demore o roçado ficar pronto a gente tem que fazer assim.**

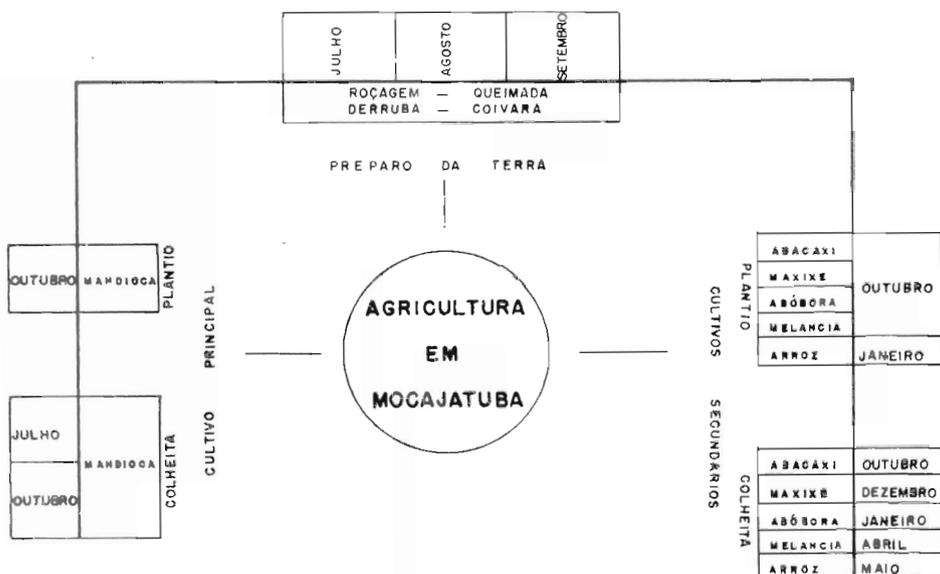
Roçam, derrubam, queimam e coivaram da mesma forma e na mesma época (julho, agosto e setembro) que Atua, variando, em parte, as plantas preferidas. A mandioca é o cultivo principal, enquanto o abacaxi, melancia, abóbora, maxixe e arroz figuram como itens complementares, plantados em combinação com a primeira, durante os meses de outubro a janeiro.

A mandioca tem uma posição de grande importância na economia de Mocajatuba, uma vez que é seu principal produto de mercado, além de ser a base da dieta humana. Começa a ser plantada no mês de

outubro, com a utilização das mesmas técnicas e tendo o mesmo período de maturação que no Atua. Uma a duas vezes por semana, os roceiros colhem-na da roça do ano anterior e levam-na para ser beneficiada em Mocajutuba. Se a fase de plantio já se completou, o chefe de família, juntamente com os filhos, participam do beneficiamento, ocorrendo então a mesma divisão do trabalho vista em Atua; caso contrário, o roceiro apenas traz a mandioca e retorna à roça, encarregando-se a mulher e os filhos de seu processamento. Com isto, evita atraso na colheita e problemas daí decorrentes, uma vez que uma roça tende, necessariamente, a substituir outra.

O abacaxi, melancia, abóbora e maxixe são plantados em outubro e colhidos, respectivamente, em outubro, janeiro e dezembro, enquanto que, o arroz é semeado em janeiro, para ser colhido em maio (Quadro 4). Depois de seco, parte do arroz é socado no pilão pelas mulheres para uso sendo o restante vendido com casca. A colheita é sempre realizada pelo chefe do grupo doméstico com auxílio dos filhos homens, que também transportam os produtos para Mocajutuba, onde são comercializados.

As "rocinhas" que dão início ao ciclo agrícola não exigem roçagem, derruba, queimada e coivaramento, apenas, a capina e o revolvimento da terra, tal o empobrecimento do solo e a degradação da cobertura vegetal. Nelas se plantam mandioca, abacaxi e, principalmente,



Quadro 4 — Calendário das atividades agrícolas de Mocajutuba

maxixe. Ficam a cargo das mulheres e filhos menores, que cuidam não apenas do plantio e da capina constante, como do replantio à medida que colhem. Localizadas junto às casas, funcionam como um "fundo de reserva permanente" com que sempre pode contar o grupo doméstico. Atendem parte das necessidades de consumo diário e permitem à mulher relativa auto-suficiência na ausência do chefe do grupo familiar, que assim pode se deslocar para as roças maiores.

Os fatores que em Atuí provocam certas diferenças internas, não se apresentam com a mesma intensidade em Mocajutuba, dando-lhe uma configuração diversa daquela, ou seja, a de uma realidade pouco diferenciada internamente, em que todos estão na situação de ocupantes da mesma área média de terra; todos cultivam basicamente os mesmos produtos que compõem a dieta alimentar do grupo doméstico, através dos quais também obtêm a moeda necessária à aquisição de bens que não produzem; todos cultivam solos com o mesmo nível médio de fertilidade, uma vez que todas as roças são feitas em capoeiras ou capoeirões que exigem o mesmo dispêndio médio de energia da força de trabalho, e de onde se retira basicamente o mesmo volume de produção. Desta forma, os roceiros de Mocajutuba ocupam um mesmo espaço, do qual tiram o necessário à sua sobrevivência através de um bem a que a todos tem acesso: a terra — e em torno da qual se organizam as relações de produção.

O volume de produção de cada unidade pode ser considerado pequeno. A farinha, geralmente, é beneficiada duas vezes por semana nas quantidades médias de um a dois alqueires, dos quais metade se destina para consumo doméstico e metade para venda. Em julho, época de férias em que algumas famílias vêm de Belém para a cidade, a produção semanal é aumentada, a fim de atender a maior demanda, ocasião em que o preço sobe. Também o roceiro prefere vendê-la em sua própria casa, pois, isso lhe permite obter maior soma em dinheiro ao vender ao maior preço de mercado, ou seja, a dois cruzeiros o quilo, o que não acontece quando vende ao comerciante da cidade, que, precisando retirar a sua pequena margem de lucro, compra ao preço de um cruzeiro e sessenta centavos. **Nós vende aqui mesmo na cidade. Prá um, prá outro. O mais comum é não vender pro comerciante, porque ele não quer pagar o preço que ajude a gente. Melhor é vender mesmo em casa, se defende, auxilia mais (sic).**

A abóbora é apenas vendida a particulares à razão de cinqüenta centavos o quilo, enquanto a melancia, conforme o tamanho, varia de dois a cinco cruzeiros. O maxixe, largamente consumido pelo grupo doméstico, destina-se também à venda, a um cruzeiro a dúzia. O arroz

é pouco plantado, vendido com casca para o comerciante. Este paga ao roceiro dois cruzeiros e revende a três cruzeiros o quilo ao consumidor. Finalmente, o abacaxi, em razão de sua pequena produção, é consumido apenas pelo grupo doméstico.

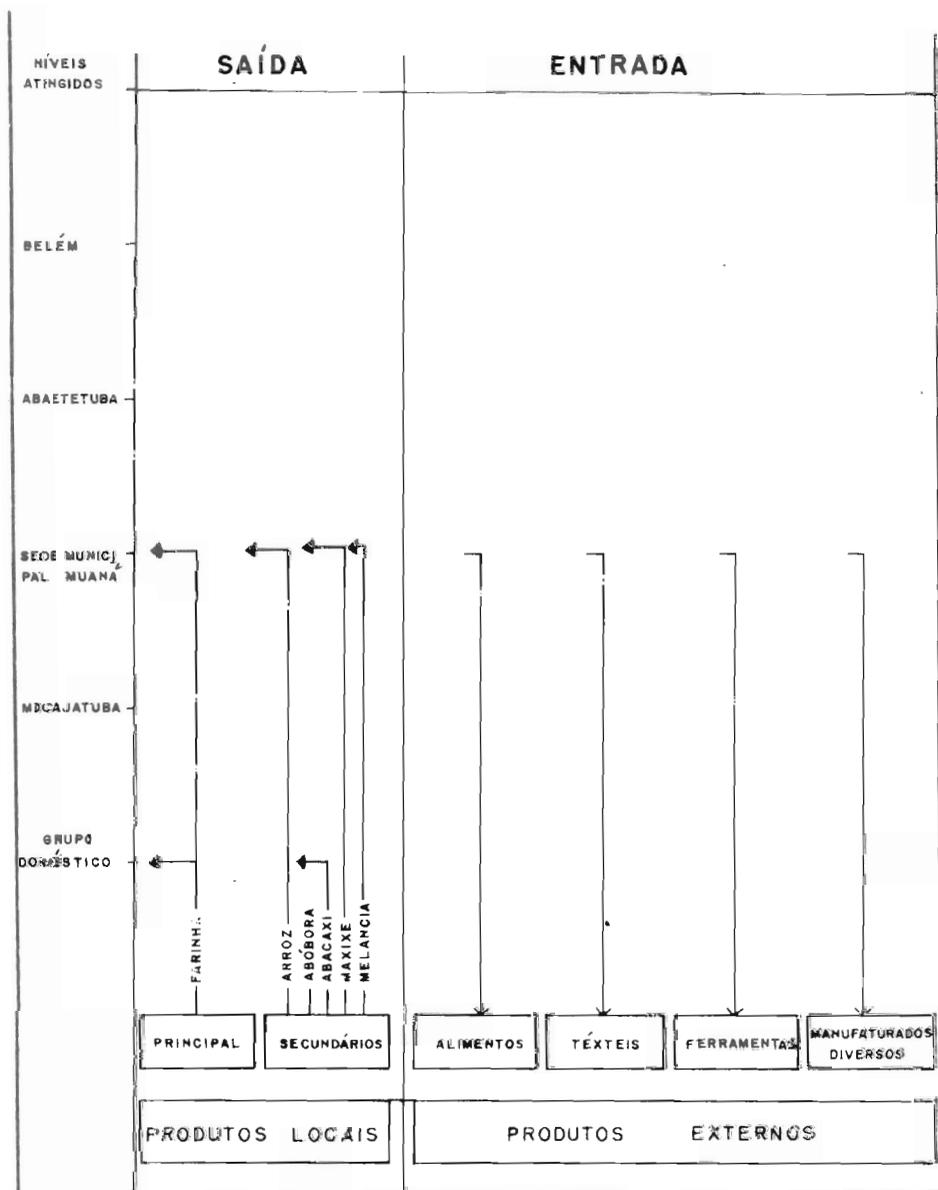
Toda essa produção, como se vê, permanece parte no interior do subsistema Mocajuba, para atender às necessidades de consumo de cada unidade de produção e consumo, e parte é destinada ao sistema imediatamente mais amplo — cidade de Muaná (Quadro 5)

Levando-se em conta toda essas características, que tornaram o subsistema em causa estruturalmente diverso, ao nível econômico, daquele de Atuí — em suas relações internas e externas — é possível analisá-lo como um subsistema que, por guardar certa autonomia e especificidade quanto ao sistema maior, do qual faz parte, pode ser definido como um bairro rural. Neste sentido, apresenta aqueles mesmos indicadores básicos da unidade mínima definida como bairro rural (Candido, 1975), ou seja, a presença de pequenos produtores que vivem das roças de subsistência e da venda de parte da produção; de mecanismos de solidariedade **que se exprimem em relação de ajuda mútua, tanto no campo da economia quanto em outros campos sociais** (Queiroz, 1973: 133), e dos quais o sistema de rodízio para cultivo é um bom exemplo; a ausência de quaisquer vínculos de subordinação interna (exceto os familiares), uma vez que todos os seus componentes estão no mesmo nível social; e, finalmente, a sua relação com a cidade, da qual constitui um segmento espacial e social, que se define em termos de relações econômicas, moldadas por uma situação de complementariedade, na qual o bairro se apresenta como o produtor agrícola e a cidade como o local onde se adquirem os bens que não produz, e se utilizam os serviços básicos como escola e hospital.

## NÍVEL DE SUBSISTÊNCIA

O termo subsistência será aqui utilizado para se referir ao **nível mínimo absoluto de vida no sentido de sobrevivência** (Wharton, 1963 : 51). A aceitação de tal definição coloca imediatamente a questão de se precisar esse “mínimo”. Segundo ainda Wharton, seria **aquele abaixo do qual a incidência de doença, de deficiência nutricional torna-se maior ou aquele abaixo do qual o esforço físico é reduzido. . . . .** **Em qualquer matriz econômica social existirá um consenso em relação a soma mínima de bens exigidos por pessoa para um período de tempo específico** (ibid.). Logo, o padrão de subsistência mínimo de qualquer agrupamento social se define em função de **variáveis fisiológicas (nutricionais), econômicas e sócio-culturais** (ibid.).

Para se tentar definir o padrão de subsistência mínimo dos grupos estudados, é fundamental ter em vista, em primeiro plano, a sua situação de pequenos produtores, cujas necessidades de consumo são atendidas basicamente pela produção das unidades domésticas. Assim



Quadro 5 — Destino e origem imediata de mercadorias — Mocajatuba

sendo, o mercado só complementa essa produção através da aquisição de determinados alimentos não produzidos pelo grupo, mas já incorporados a sua dieta, e de bens manufaturados. Porém, há ainda outros elementos a considerar, a fim de atender a todas as exigências dos dois subsistemas, ou seja, o dispêndio de tempo e esforço físico do produtor para manter em funcionamento a sua unidade de produção, e que pode ser traduzido em reparos e cuidados na conservação dos instrumentos e meios de produção: referimo-nos aqui, portanto, ao “fundo de manutenção” (Wolf, 1970: 19). Consideramos que poderá ser definido como “fundo de manutenção” todo gasto da força de trabalho aplicado às tarefas de cuidado da plantação, como, por exemplo, o duplo esforço empregado no combate às saúvas. Em primeiro momento, através do dispêndio de tempo e trabalho que se converterá em produto industrializado (formicida) e, no segundo, através do dispêndio dos mesmos na aplicação do inseticida. O trabalho com a capina, por outro lado, não poderia também ser assim classificado? Afinal, trata-se de uma atividade indispensável, à falta da qual todo esforço investido na preparação do solo e plantio pode ser perdido. Pode-se concluir, dessa forma, que o “fundo de manutenção” varia em função da atividade desenvolvida, sendo assim, diferente para o produtor agrícola, pescador, coletor e extrator.

O “fundo cerimonial”, por sua vez, exige igualmente investimento de trabalho que, para atender a certas relações sociais, deverá se converter em bens ou dinheiro (Wolf, 1970: 21-22). Neste caso, estarão as “festas dançantes” que há nos dois subsistemas, implicando a participação na cobrança de uma quantia em dinheiro, que atenderá às despesas da festa; o casamento, socialmente efetivado através de uma festa onde se distribuem alimentos (geralmente mata-se um porco); e os enterros, sempre realizados sob a responsabilidade do grupo e nos quais o responsável pelo morto e alguns camaradas distribuem cachaça e café, conduta esta mais observada no Atuí. Finalmente, vem aquela parte que o produtor não detentor de certos meios de produção terá que reservar para atender ao “fundo de aluguel” (ibid.: 23-24): Por exemplo, a renda em produto, que é paga pelo rendeiro do Atuí ao arrendatário — proprietário local, e que se constitui para este no que Wolf denomina “fundo de poder” e “fundo de lucro” (ibid.).

Quanto aos alimentos consumidos nos dois subsistemas, os derivados da mandioca constituem a base da alimentação. Em Atuí esta é complementada e a nível do trabalho do grupo doméstico com a carne de caça (paca, veado, caititu, queixada, macaco, tatu, cotia), carne de porco, galinha e pato em pequeno número, peixe fresco e/ou salgado,

camarão (época da estiagem), frutos de estação, principalmente o açaí e outros vegetais. A nível de mercado, através da troca, em produto ou monetária o produtor obtém peixe salgado, enlatados, como sardinha e carne bovina na (época das chuvas quando o peixe, a caça e a carne de porco tornam-se mais difíceis), cachaça, sal, açúcar, bolachas e esporadicamente feijão e arroz. Em Mocajatuba o quadro é semelhante, variando apenas quanto à carne de porco, que é obtida no mercado, à ausência do açaí e a pouca freqüência do uso de enlatados graças a maior facilidade de obtenção de peixe.

A mandioca é aproveitada sob várias formas, desde a farinha até a massa. A primeira é misturada com a maioria dos alimentos ou simplesmente utilizado como chibé, que é uma bebida resultante da mistura da farinha com sal e água. A segunda serve para fazer beiju (bolo muito fino de massa da mandioca) e mingau de crueira, feito da massa grossa da mandioca sem que sofra processo de peneiramento.

Utiliza-se ainda, embora pouco comumente, o *tucupi* (líquido venenoso extraído da massa da mandioca, que depois de fervido é utilizado como alimento, conhecido também com o nome de *manipuera*) e a *manipoba*, que segundo Albuquerque, (1969 : 111) é **uma comida típica amazônica e a única em que são utilizadas as folhas da maniva (mansa) em vez de massa.**

O açaí é o alimento que a mandioca se segue em importância, na dieta do roceiro do Atuí, não aparecendo na alimentação de Mocajatuba. É preparado com a polpa do fruto, macerada para extrair o "vinho"<sup>(28)</sup>. Este é bebido com farinha e acompanhado de carnes, peixes ou camarão; mas o "vinho" cozido com banana verde ralada ou com farinha, dá também uma comida denominada "mingau de açaí", muito utilizado no período das chuvas.

Outros frutos como o buriti (*Mauritia vinifera*), e bacaba (*Enocarpus bacaba*), são aproveitados para a feitura de "vinhos" com técnica semelhante a do açaí, e consumidos com farinha. No caso do buriti, pode também ser comido o próprio fruto com farinha. A observação controlada da dieta do grupo doméstico de Mocajatuba, efetuado durante uma semana, permitiu-nos concluir que há, geralmente, quatro refeições básicas — pela manhã, café ou chá com beiju ou sem qualquer acompanhamento; a merenda, por volta das 9 horas, é um mingau de crueira que antecede o almoço. Este é composto, pela ordem de freqüência crescente, de peixe e farinha; feijão, carne de porco e farinha; e carne de caça e farinha, cuja sobras são servidas no jantar.

---

(28) — Denominado de vinho embora não sofra o processo de fermentação.

Em Atuí, por outro lado, têm-se apenas três refeições, definidas como café, almoço e janta. No primeiro toma-se apenas café ou chá, algumas vezes com bolachas e beiju. No almoço, o maior número de ocorrências, durante o tempo de controle, foi de enlatados com farinha (o que se explica por ter sido período de chuvas) seguidos de galinha com farinha, e pato ou peixe com farinha. O açaí com farinha, sob a forma de mingau, foi o alimento sistematicamente ingerido à noite.

Se em termos das necessidades de alimentação há relativa auto-suficiência das unidades domésticas, o mesmo não ocorre em relação a outras necessidades, só possíveis de serem satisfeitas fora do âmbito do subsistema. Do mercado mais amplo, ambos os grupos estão na dependência para aquisição de instrumentos de produção, como machado, enxada, terçado, anzóis, linha de nylon, e de outros bens industrializados como sabão, querosene, redes para dormir, calçados (sandálias "japonesas"), roupas (geralmente três mudas por indivíduo), pregos para construção das casas feitas de madeira com cobertura de palha, esta última extraída pelos próprios moradores. A canoa e o remo são geralmente adquiridos nos pequenos estaleiros do Município.

Considerando-se, assim, que o produtor terá que atender necessidades de outra ordem que não apenas as fisiológicas, o seu padrão de subsistência só poderá ser definido levando-se em conta também necessidades criadas pelo sistema sócio-cultural. Dessa forma, se tentarmos calcular o padrão de subsistência em termos do mínimo calórico necessário à reprodução da força de trabalho, teremos que contar com o dispêndio de energia exigido pelos fundos de manutenção, cerimonial e aluguel.

## CONCLUSÃO

Pelo que até agora vimos, Atuí e Mocajuba, podem ser definidos como grupos locais de povoamento agrícola, respectivamente, disperso e concentrado, que guardam certas características específicas que dão a cada um, tomado isoladamente, uma configuração consideravelmente bem definida.

A forma de ocupação de espaço poderia ser tomado como primeira distinção entre eles; enquanto Atuí fica ao longo do rio, Mocajuba dispõe-se à beira da estrada que se segue à cidade de Muaná. Isto condiciona as formas de organização de trabalho, em termos de laços de cooperação social, dado que, no primeiro caso, como as unidades de produção e consumo costumam se localizar espacialmente em função, parcial ao menos, de vínculos de parentesco, poder-se-ia detectar a existência do que já definimos como "constelação familiar", que atua como unidade de apoio às atividades econômicas das unidades mínimas; enquanto no segundo a população, organizada em subgrupos não definidos em termos de parentesco verdadeiro, participa, em sistema de rodízio, de toda a fase de "preparo da terra", ficando apenas a plantação e a colheita por conta das unidades domésticas; faça-se a ressalva, entretanto, de que o parentesco ritual pode ter sua significação, em sua própria definição. Os vínculos de propriedade diferenciam-se também: em Mocajuba todos estão na situação comum de ocupantes de terra pública, e em Atuí há uma diferenciação sócio-econômica gerada pela existência de proprietários e não proprietários de terra. Tal diferenciação é reforçada e mantida pelo fundo de poder político em que se converte o fundo de aluguel para o proprietário local/arrendatário.

Em ambos os locais a unidade de produção e consumo é constituída pelo grupo doméstico — família conjugal ou nuclear — e o resultado do trabalho, sob forma de produto, destina-se basicamente à reprodução da própria força de trabalho do grupo doméstico e só, secundariamente ao mercado, para aquisição de bens não produzidos. Igualmente em ambos a agricultura é a atividade básica, complementada em Atuí pela extração do açaí (e também pela caça e pesca exclusivamente para consumo), e em Mocajuba pelas mesmas coisas, excluindo-se o açaí.

A análise dessas características leva-nos à indagação de se não estaríamos diante de subsistemas camponeses. Afinal, determinados traços distintivos aceitos como próprios ao campesinato poderiam ali ser encontrados :

- 1) Os membros desses subsistemas são fundamentalmente produtores primários. Poder-se-ia objetar a isso pela presença de extratores, pescadores e caçadores, definíveis como não-produtores em sentido estrito, e sim como predadores. No entanto, há de se levar em conta que cada extrator pescador ou caçador só o é ao exercer uma atividade complementar, pois, no interior do subsistema todos ocupam a posição predominante de roceiros, correspondendo essas atividades complementares apenas a uma posição a mais no subsistema econômico, secundária em termos de tempo dedicado à atividade;
- 2) Esses subsistemas, enquanto tal, são *part-societies* que produzem para o seu próprio consumo e para o sistema abrangente a que estão integrados (Cf. Redfield, 1956);
- 3) Os subsistemas mantêm, em relação ao sistema maior, relativa autonomia, parcialmente rompida pela dependência de produtos manufaturados;
- 4) As *part-societies* estão politicamente orientadas para a cidade que as domina e funciona como centro de decisão, mercado para produtos agrícolas e fontes de bens industrializados (ibid.);
- 5) A unidade de produção e consumo mantém-se a custa da força de trabalho do grupo doméstico, e controla em parte o destino dado à produção.

Em relação a esse último item (autonomia e destino) é necessário analisar o caso dos rendeiros: trabalham em terras do Pl<sub>2</sub> ou do absenteísta (com todos os vínculos anteriormente analisados), complementando sua renda porque sua força de trabalho e de seu grupo familiar excedem a terra disponível. Ou as suas capacidades de trabalho excedem ao tempo necessário a cultivarem o que eles têm a cultivar. Aproveitar o máximo (teoria econômica) a sua força de trabalho e que tem que ser utilizada ao máximo para aumentar a renda global da família (Cf. Marx, 1969: 31-32).

Por outro lado, a sua situação de não proprietários que arrendam terra para cultivar faria com que perdessem as características de camponês? (Cf. Velho; 1966 e 1976, Wolf; 1967, Seyferth; 1974: 10-13).

No momento em que toma um arrendamento, o roceiro aliena o produto do trabalho (ou resultante da produção) por força do controle estabelecido, e submete-se ao sistema de aviamento. E 45% do universo pesquisado estão na situação de rendeiro, que no primeiro momento parece ser um dado significativo. Situação oposta a Mocajatuba, onde embora ocupantes sem prazo determinado, os roceiros, pescadores apenas na estiagem, mantêm o controle da produção também baseada na força de trabalho do grupo doméstico.

No entanto, ainda que os rendeiros do Atuí alienem parte de seu produto não o descaracteriza de um quadro campesino. Por exemplo, o servo vinculado a gleba era camponês, assim como outros indivíduos que de uma forma ou de outra alugavam terras dos senhores. Há uma diferença entre obter terra para produzir e vender sua força de trabalho livre sem mercado, como assalariado. Por outro lado, não é o fato de alugar a terra que explicaria a alienação do rendeiro, mas sim, a vinculação do restante do produto a um certo comprador. Mas não era isto exatamente que ocorria na Polônia, quando o comprador preferencial do "excedente" era o Sr. do feudo? (Cf. Kula, 1974).

Tal quadro permite concluir que Atuí poderá ser visto como um segmento social, no qual o tipo especial de dispersão espacial, a forma de propriedade da terra e o controle das unidades de produção, agem no sentido de o caracterizar como camponês. Mocajatuba por sua vez, face as características essenciais, pode ser visto como um "bairro rural" com caracteres camponeses.

## S U M M A R Y

A study agricultural groups in Atuí and Mocajatura in the municipality of Muaná located in eastern part of Marajó has much to do with the importance of analysing those sectors least integrated into the larger economic and social system, due to their technological limitations which do not allow them to compete in the more dynamic sectors. At the same time this does not impede them as producers from attaining a relatively significant part in the interior of the system as they supply in part, agricultural goods in the urban centers of the region. The question is what from is their participation since this does nothing to improve their quality of life and to increase their aspirations, as individuals or groups, which implies change, the isolation of these people, dispersed along rivers and tributaries, explains this process in part, because due to their physical isolation they are also politically and economically weak, and consequently their ability to be improved.

Atuí has settlements composed of small units which dispersed along the river of the same name, have a tendency to group themselves in kinship bond. Mocajatura, is a "arruado" spread linearly along a road which ends in the city of Muaná, and functions for this group as a social and economic center.

In general terms the economic activities in the municipality of Muaná are conditioned by the seasonal inundations, actual land use and "aviamento" system. The research concludes that Atuí can be seen as a social segment which due to its spacial dispersion, land holding, and control means of production is typically a peasant type. Mocajatura, on the other hand, due to its essential characteristics, could be seen as a suburb of Muaná, with some peasant attributes.

The thesis is divided into two parts; the first discusses the central theme within the larger framework of Marajó, and deals with the economic organization of the municipality. The second part analyses the specific economic levels of the settlements, examining the similarities and differences between the two subsystems.

## BIBLIOGRAFIA CITADA

ALBUQUERQUE, Milton

1969 — **A mandioca na Amazônia**; noções gerais sobre a cultura; a cultura na Amazônia. Belém, SUDAM. 277 p. il.

BELSHAM, C. S.

1968 — **Troca tradicional e mercado moderno**. Rio de Janeiro, Zahar. 180 p.

BETTELHEIM, Charles

1972 — **Cálculo económico y formas de propiedad**. Buenos Aires, Siglo Vienteuno. 229 p.

BRABO, Maria José C.

1979 — **Palmiteiros de Muaná**; estudo sobre o processo de produção no beneficiamento do açaizeiro. B. Mus. Pa. Emílio Goeldi, Belém, n. sér. Antrop. 73. 29 p. il.

BRASIL. Departamento Nacional da Produção Mineral.

1974 — **Projeto RADAM. Folha SA-22 Belém**; geologia, geomorfologia, solos, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro (Levantamento de Recursos Naturais, 5).

CANDIDO, Antonio

1975 — **Os parceiros do rio Bonito**; estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. São Paulo, Liv. Duas Cidades. 284 p.

DIAS, Catarina Vergolino & ALBUQUERQUE, Manuel Maurício

1959 — Povoamento e a distribuição da população: Os elementos étnicos. Relações entre o elemento indígena e a sociedade amazônica. In: IBGE. **Geografia do Brasil, Grande Região Norte**. Rio de Janeiro. v. 1, p. 220-237.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues

1974 — **Viagem filosófica pelas capitâneas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá**. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura. 161 p. (Memórias. Antropologia).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda

1975 — **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 1.517 p.

FIRTH, Raymond

1974 — **Elementos de organização social**. Rio de Janeiro, Zahar. 274 p. il. (Biblioteca de Antropologia Social).

GALVÃO, Eduardo

1955 — **Santos e visagens; um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas**. São Paulo, Ed. Nacional, INL. 201 p. (Brasiliana, 284).

- GODELIER, Maurice  
s/d — **Racionalidade e irracionalidade na economia**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. 397 p.
- GUERRA, Antonio Teixeira  
1959 — Estrutura geológica. Relêvo e litoral. In: IBGE. **Geografia do Brasil, Grande Região Norte**. Rio de Janeiro. v. 1, p. 17-60.
- IBCE  
1957 — **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro. v. 1.
- IBGE  
1972 — **Carta do Brasil ao Milionésio**. Rio de Janeiro.
- INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PARÁ  
1973 — **Projeto Marajó; Relatório em andamento 1971/1972**. Belém.  
1974 — **Estudos integrados da ilha de Marajó**. Belém. 2 v.
- KULA, Witold  
1974 — **Teoria econômica del sistema feudal**. Buenos Aires. 239 p.
- LIMA, R. R.  
1956 — **A agricultura nas várzeas do estuário do Amazonas**. Belém, Instituto Agrônômico do Norte.
- MARX, Karl  
1969 — **O capital**. Rio de Janeiro, Zahar. 395 p.
- MEGGERS, Betty & EVANS, Clifford  
1957 — Archeological investigations at the mouth of the Amazon. **Bull. Bur. Amer. Ethnol**, Washington, 167. 664 p. il.
- MIRANDA NETO, M. J.  
1976 — **Marajó: desafio da Amazônia, aspectos da reação a modelos exógenos de desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Record.
- MENDES, Josué Camargo  
1967 — Evolução geológica da Amazônia. Breve histórico das pesquisas. In: SIMPÓSIO SOBRE A BIOTA AMAZÔNICA, Belém, 1966. **Atas...** Rio de Janeiro, CNPq. v. 1 Geociências p. 1-9.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de  
1964 — **O índio e o mundo dos brancos; a situação dos Tukúna do alto Solimões**, São Paulo, Difusão Européia do Livro. 143 p. il.
- QUEIROZ, Maria Isaura de Pereira  
1973 — **Bairros rurais paulistas; dinâmica das relações bairro-rural-cidade**. São Paulo, Duas Cidades. 157 p.
- RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL. 6  
1970 — **Censo demográfico, Pará**. Rio de Janeiro, IBGE
- REDFIELD, Robert  
1956 — **Peasant society and culture**. Chicago, Univ. of Chicago Press.

- REIS, Artur C. F.  
 1959 — A Amazônia, de área em ser a região humanizada. In: IBGE. **Geografia do Brasil: Grande Região Norte**. Rio de Janeiro, v. 1, p. 1-9.
- RIBEIRO, Darcy  
 1970 — **Os índios e a civilização; integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Rio de Janeiro, Civilização brasileira. 495 p.
- ROQUE, Carlos  
 1968 — Marajó. In: ————. **A grande enciclopédia da Amazônia**. Belém, Amazônia, v. 4, p. 1068-8.
- SANTOS, H. J. dos  
 1972 — **As diversas categorias de trabalhadores na agricultura paulista**. São Paulo, Escola de Sociologia Política. (Ciências políticas e sociais, 1).
- SEYFERTH, Giralda  
 1974 — **A colonização alemã no vale do Tajai-Mirim; um estudo de econômicos**. Porto Alegre, Ed. Movimento. 159 p. il.
- SERVICE, E. R.  
 1971 — **Os Caçadores**. Rio de Janeiro, Zahar. 148 p. il.
- SIMÕES, M. F.  
 1966 — Resultados preliminares de uma prospecção arqueológica na região dos rios Goiapi e Camará (ilha de Marajó). In: SIMPÓSIO SOBRE A BIOTA AMAZÔNICA. Belém, 1966. *Atas...* Rio de Janeiro, CNPq v. 2. Antropologia p. 207-24. il.  
 1969 — The Castanheira Site: New evidence on the antiquity and history of the Ananatuba phase (Marajó Island, Brasil) *Am. Antiq.*, Menasha 34(4) : 402-10. il.
- SIOLI, H.  
 1970 — Ecologia da paisagem e agricultura na Amazônia Brasileira. In: SIMPÓSIO DE BIOLOGIA TROPICAL AMAZÔNICO, 2. Bogotá.
- SOARES, L. de C.  
 1959 — Hidrografia. In: IBGE. **Geografia do Brasil, Grande Região Norte**. Rio de Janeiro, v. 1, p. 128-194.
- TEIXEIRA, J. F.  
 1953 — O arquipélago de Marajó. CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 3. Rio de Janeiro, Anais 96 p. /sep/
- TORRES, H. A.  
 1929 — **Cerâmica de Marajó: Conferência realizada na Escola Nacional de Belas Artes, série do salão de 1929**. Rio de Janeiro, Brasil social.
- VASCONCELOS, M.  
 1939 — Cerâmica de Marajó. In: *Rev. Arg. Mun. S. Paulo*, 56 : 171-88. il.
- VELHO, O. G. A.  
 1966 — O conceito de camponês e sua análise do meio rural brasileiro. *Amer. Lat.*, Rio de Janeiro, 12(1) : 96-104.

- 1972 — **Frentes de expansão e estrutura agrária.** Rio de Janeiro, Zahar, 178 p. (Ciências sociais).
- 1976 — **Capitalismo autoritário e campesinato.** (um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento) São Paulo, Difel. 261 p

WAGLEY, Charles

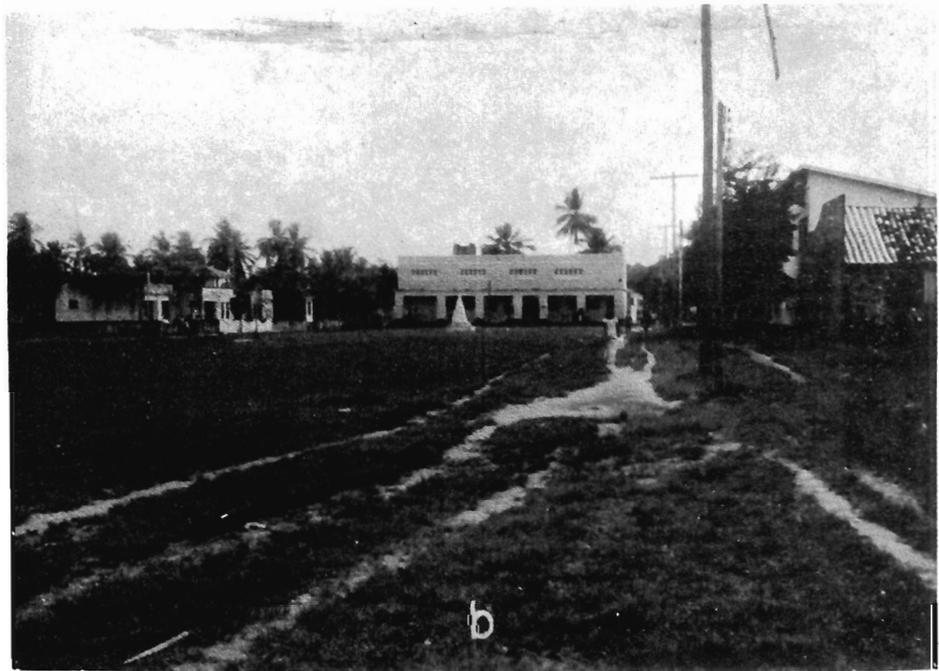
- 1957 — **Uma comunidade amazônica. Estudo do homem nos trópicos.** São Paulo, Ed. Nacional. 401 p. il. (Brasiliana, 290).

WHARTON Jr., C.R.

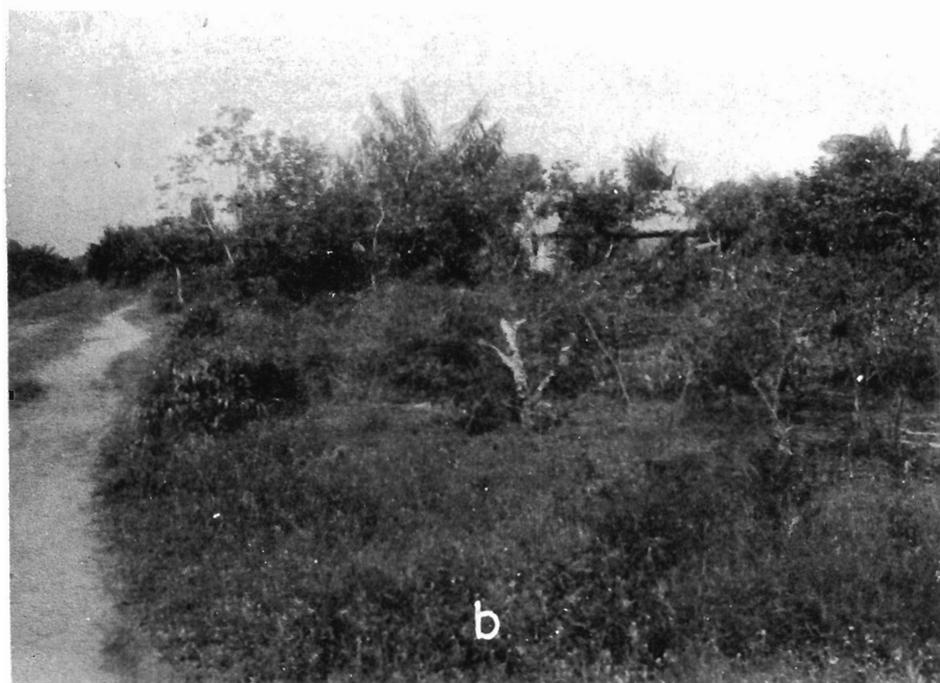
- 1963 — **The economic meaning of subsistence.** New York, Agriculture development Conneit.

WOLF, E.R.

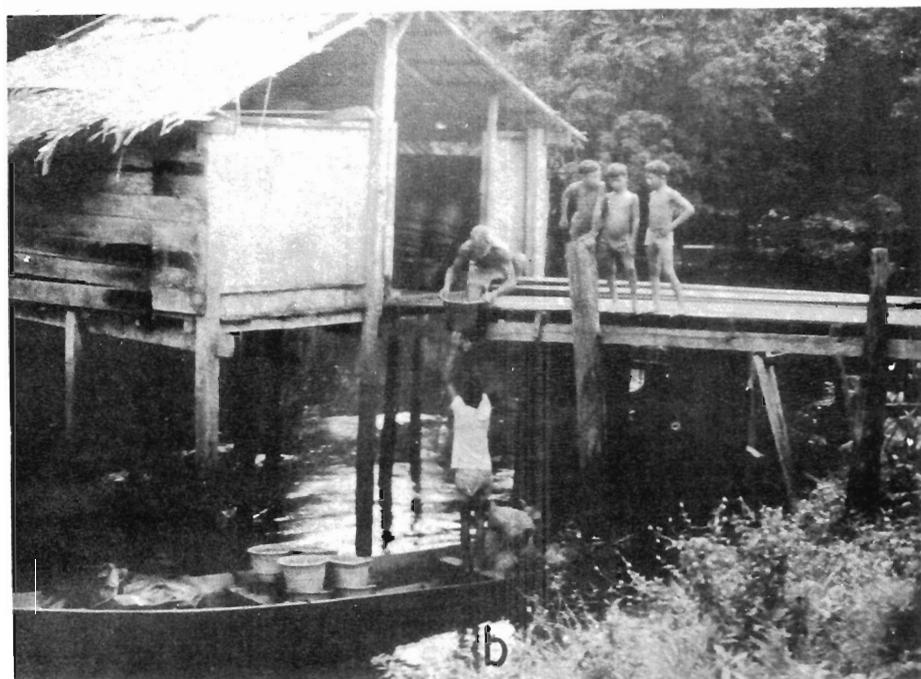
- 1967 — **Types of Latin peasantry. A preliminar discussion.** In: **Tribal and peasant economic**, s.l., George Dalton ed, Amer. Mus. Anthropol.
- 1970 — **Sociedades camponesas.** (Curso de antropologia moderna). Rio de Janeiro, Zahar, 150 p. il.



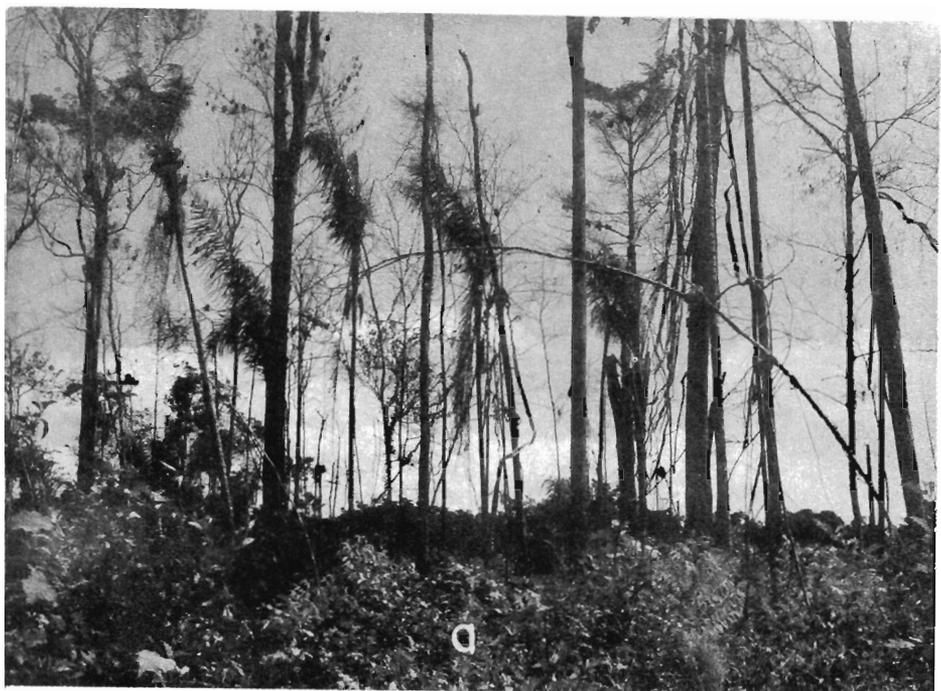
Estampa I: a) — Frente da cidade de Muaná, destacando-se os dois trapiches e a rampa; b) — Vista interior da cidade de Muaná, tendo ao fundo a Prefeitura Municipal.



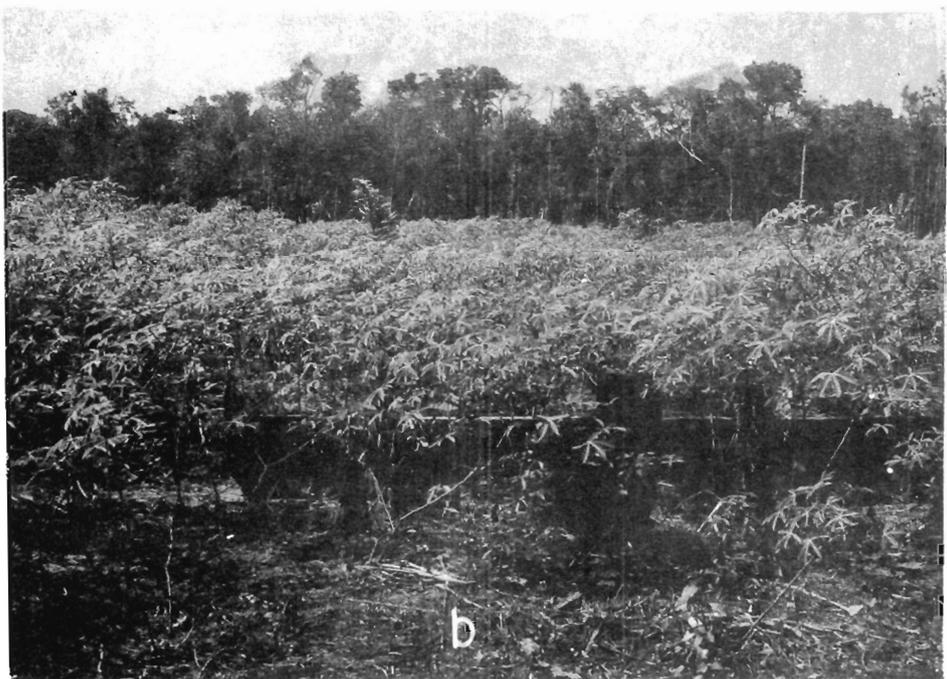
Estampa II: a) — Aspecto da estrada do Mocajatuba; b) — Outro aspecto do “arruado” do Mocajatuba, observando-se “rocinha” próxima à casa do roceiro.



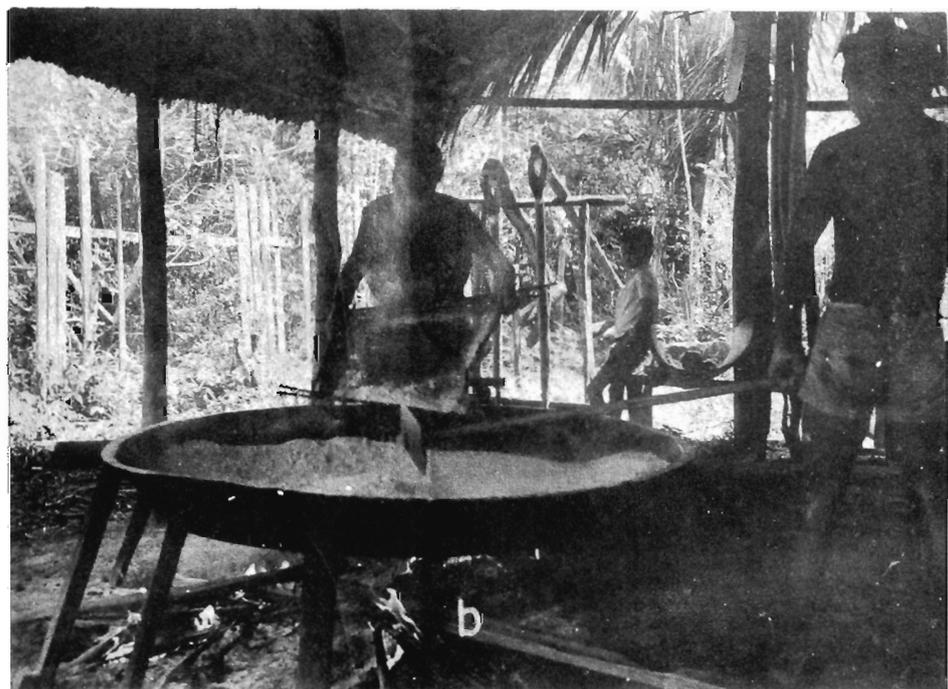
Estampa III: (a e b) — Entrepasto comercial no rio Atua, observando-se a chegada do acaí para ser comercializado.



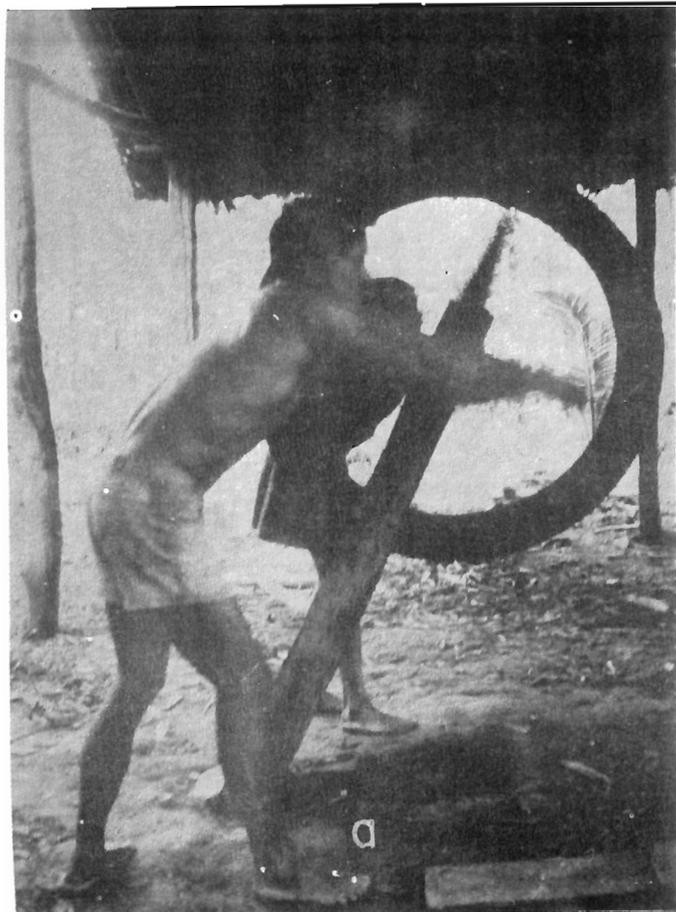
Estampa IV: a) — Aspecto de parte da mata após a queimada; b) — Coivaramento para limpeza da roça.



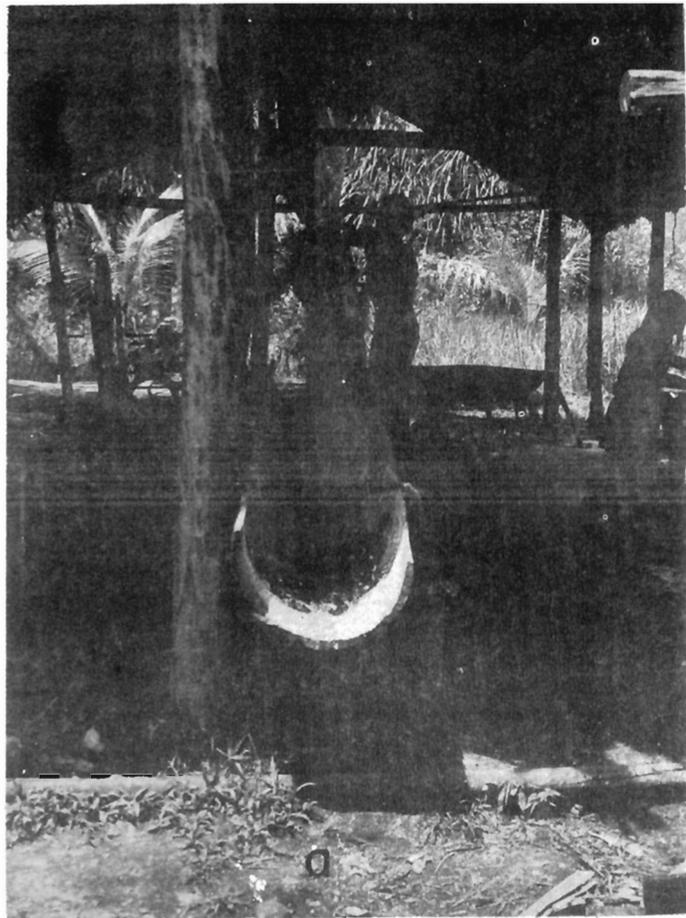
Estampa V: a) — Roceiro preparando cova (manicujal) para o plantio da mandioca; b) — Roça de mandioca em crescimento.



Estampa VI: a) — Tapiri do roceiro localizado no Gomes; b) — Torramento da massa da mandioca, observando-se o forno em cobre.



Estampa VII: a) — Mandioca sendo ralada no **caítitu**; b) — Massa de mandioca prensada no **típiti**.



Estampa VIII — a) Mandioca transformada em farinha, sendo colocada no cocho; b) Roceiro carregando raízes de mandioca para o beneficiamento.